

001ª AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL 11MAR2021

Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

(Texto com revisão final.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): (19h10min) Estão abertos os trabalhos da presente Audiência Pública. Uma boa-noite a todos os vereadores, vereadoras, prefeito, secretários, servidores e servidoras, demais entidades que cumprimento através do Simpa. Peço que o diretor legislativo dê conhecimento a todos a respeito do regramento da audiência pública.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A presente audiência pública tem como objetivo debater sobre o Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município nº 002/20, que altera dispositivos da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, que tratam da aposentadoria do servidor abrangido pelo Regime Próprio de previdência. A dinâmica das nossas audiências públicas é a seguinte: inicialmente será facultada por até 15min a palavra para representantes dos requerentes, no caso o Ver. Idenir Cecchim, o Simpa e as autoridades do Município. Posteriormente, vamos abrir, através do *chat* do Zoom, dez inscrições para pronunciamentos dos participantes. Na hora em que nós informarmos aqui a abertura, os participantes poderão se dirigir ao *chat* e colocar o nome e o sobrenome e se representa alguma entidade. No curso da audiência, também poderão se pronunciar os vereadores que estiverem presentes, independentemente de inscrição prévia; basta que o vereador sinalize ou também encaminhe o pedido pelo *chat*. Outra coisa importante é que nós, momentaneamente, temos o acesso limitado em 250 participantes, em razão dos limites da plataforma; nós temos mais 40 espaços destinados aos vereadores e ao pessoal de serviço. Na verdade, nós estamos oferecendo 250 espaços, mais do que teríamos no Plenário Otávio Rocha, cuja lotação é de 218 assentos. Então, Sr. Presidente, está em condições de colocar a palavra à disposição.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, diretor. Um dos requerentes da audiência pública é o líder do governo, o Ver. Idenir Cecchim. Peço que libere o microfone do vereador. Eu sei que o Simpa vai querer dividir o tempo; não sei o Ver. Idenir Cecchim também vai franquear o seu tempo; mas estão garantidos 15min aos dois requerentes, já que o Simpa também requereu, no dia 11 de fevereiro, esta audiência pública.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, o Ver. Cecchim não está conectado ainda. Podemos passar a palavra ao Simpa.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Pode ser. Podemos inverter a ordem.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Os representantes dos requerentes, que farão uso da palavra, serão os servidores Alexandre Dias Abreu, pelo Simpa, e o colega Edmilson Todeschini, pelo Conselho de Administração do Previmpa, eles vão dividir o tempo. Nós temos a regra que é de até 15min; quando faltar 1min para encerramento do tempo, nós vamos colocar na tela um aviso informando que o participante terá 1min ainda para concluir a sua manifestação.

Então, dando seguimento, Sr. Presidente, passamos a palavra ao servidor Alexandre Dias Abreu, como requerente e representante do Simpa.

SR. ALEXANDRE DIAS ABREU: Boa noite. Nós gostaríamos de passar primeiro a palavra para o nosso representante do CAD, Sr. Edmilson Todeschini, e queria saber como é que funciona; quando estiver na metade do tempo, falta 1min, avisa o Todeschini para que eu possa depois completar o restante do tempo. Pode ser?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Como quiser.

SR. ALEXANDRE DIAS ABREU: Começamos pelo nosso Presidente do CAD então.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

SR. EDMILSON TODESCHINI: Boa noite Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Ver. Márcio Bins Ely; boa noite aos demais vereadores, à diretoria legislativa, aos integrantes do governo, aos representantes de entidades, aos servidores e ao público em geral. Na condição de presidente do Conselho de Administração do Previmpa, eu devo fazer alguns alertas acerca de alguns equívocos de procedimento e de conteúdo que viciam o PELO nº 002/20. O primeiro vício foi a inobservância do caminho técnico que deveria percorrer o anteprojeto. Ele deveria, antes de ter sido protocolado na Câmara, ou desarquivado, deveria ter passado pela análise e manifestação do conselho deliberativo, o Conselho de Administração. Trato ele de conselho deliberativo, e não é uma invenção minha. A Lei Federal nº 9.717 chama, trata, designa os conselhos de administração dos órgãos previdenciários, de conselho administrativos, e a Constituição Federal, no art. 194, inc. VII, determina expressamente que a previdência, seja o regime geral ou regimes próprios, será gerida com a participação dos trabalhadores. Participação dos trabalhadores significa conselho. O conselho não está aí para opinar. O conselho não está aí para fazer de conta. O conselho é dotado da prerrogativa deliberativa e deve, obrigatoriamente, participar da etapa pré do projeto, da etapa do anteprojeto, e não foi chamado a participar, porque o governo, propositalmente, abortou esse caminho. O governo anterior enviou o PELO original para análise do Conselho, que emitiu parecer contrário. O governo atual o alterou parcialmente via mensagem retificativa, e, ao alterar, ele apenas oficiou a Câmara Municipal e não passou pelo conselho. O conselho tomou conhecimento através de um pedido de providências que lá chegou, e que está em análise, temos relatoria definida, e o conselho o analisará com a devida profundidade e emitirá o parecer competente no prazo legal. Então temos o primeiro vício que é a inobservância do caminho do conselho deliberativo. Ele tem também um segundo vício, que é o vício de delegar matéria indelegável. A Constituição Federal, através da Emenda 103, determina expressamente que as idades serão estabelecidas por emenda à lei orgânica; e quando trata de idade são todas as idades, tanto idades permanentes quanto de transição. Então temos uma segunda inobservância. Ele está pretendendo delegar matéria indelegável. Aí o governo diz, na defensiva, que não, que eles estão tratando apenas de regra de transição, mas são regras determinantes de idade, então temos um segundo vício.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

Temos um terceiro vício, pois a Emenda 103 não delega a fixação de idades a critério de ordem política ou a critérios desprovidos de fundamento técnico. Ela delega, sim, aos municípios a fixação de idades mínimas para aposentadorias mediante emenda à lei orgânica, orientada pelo equilíbrio atuarial. Onde está a demonstração do desequilíbrio atuarial alegado pelo governo para motivar o aumento de idade? Então é outro vício.

Um outro vício também, de ordem técnica, é que a apresentação apenas do projeto de emenda à lei orgânica, além dos vícios já apontados, deve vir de forma integrada, o debate e a deliberação tem que ser integrados ao projeto de emenda à lei orgânica, que trata das idades, com o projeto de lei complementar que trata das demais matérias de ordem previdenciária. Quais são as demais matérias? Definição de alíquotas, cálculo de proventos e cálculo de pensões. O sistema previdenciário é um todo integrado e, quando se altera idades, obrigatória e fatalmente vai impactar nos demais elementos. Não há como fazer uma discussão sistêmica de um sistema previdenciário integrado discutindo apenas um elemento ou discuti-los em ordem cronológica; todos devem ser discutidos conjuntamente e seguirem a orientação técnica sim do equilíbrio atuarial. E, por falar em equilíbrio atuarial, nós temos de dizer que o cálculo atuarial do próprio Previmpa, de dezembro de 2019, apurou um superávit na ordem de R\$ 108 milhões. Portanto, o regime previdenciário de Porto Alegre, é superavitário, não é deficitário. A alegação de déficit é uma construção governamental para fazer uma reforma desnecessária.

A previdência municipal de Porto Alegre, no seu regime próprio, instituído em 2001, pela Lei nº 466 e depois pela Lei nº 478, identificou, na época, por um cálculo da Caixa Econômica Federal, que havia uma dívida do Município na ordem de R\$ 2,954 bilhões; esses R\$ 2,954 bilhões que o Município deveria ter aportado e não aportou para que fosse equilibrado desde o início, para inserir todos os servidores imediatamente no regime capitalizado, esse valor, devidamente atualizado pelo IPCA, até hoje, com 0,5% de juros ao mês, compostos, daria R\$ 31,431 bilhões. Então o Município, na época, optou por pagar essa dívida de forma parcelada e programada no tempo. E de onde decorre essa dívida? Essa dívida, que não é déficit, decorre da inexistência de fundo previdenciário vinculado à aposentadoria do período anterior à criação do Previmpa, que foi em 2001. Em todo o período anterior, quando tínhamos um elevado número de servidores ativos e poucos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

aposentados, a previdência era e devia ser altamente superavitária. No entanto, o Município decidiu, ao invés de constituir fundo para aqueles servidores que um dia teriam idade mais avançada e se aposentariam, e é o que ocorreu hoje – os jovens daquela época, do período anterior a 1990, hoje são aposentados, na grande maioria –, decidiu aplicar esse dinheiro em obras e serviços para a população de Porto Alegre. Então, o que nós temos: nós temos uma dívida do Município que está sendo paga e que deve continuar sendo paga; temos um regime previdenciário superavitário e temos uma evidente, uma demonstrada desnecessidade de proceder uma reforma que vai sacrificar ainda mais aqueles que não devem pagar a conta. Quem deve pagar a conta é quem utilizou indevidamente o dinheiro, no passado, para outra finalidade distinta da previdência, quando deveria ter a ela reservado esse valor.

O que eu tenho a dizer é que este projeto, além de vício de forma, tem vício de conteúdo e está totalmente desamparado de elementos técnicos. Está sendo motivado no discurso puramente político que distorce e confunde a opinião pública para justificar o injustificável. Feita essa abordagem inicial, eu passo o restante do tempo ao colega Alexandre e agradeço a cedência do tempo ao Simpa.

SR. ALEXANDRE DIAS ABREU: Boa noite, Presidente Márcio Bins Ely, prefeito, vereadores e vereadoras e demais presentes nesta audiência pública. Quero dizer que esta proposta de reforma previdenciária não tem necessidade alguma, razão muito bem exposta na fala que me antecedeu, do presidente do Conselho de Administração do Previmpa – CAD, o procurador Edmilson Todeschini. O governo comete um pecado original. O prefeito Melo, durante a campanha, disse que o seu governo teria como base o diálogo e a discussão, mas o que ele fez para tratar desse tema da previdência? No dia 1º de fevereiro ele encaminhou à Câmara Municipal o pedido de desarquivamento do PELO nº 002/20, sem conversar, sem dialogar com os servidores, e mais, pediu regime de urgência, como quem quer que isso seja votado o mais rápido possível. E cadê o diálogo, o debate, a discussão com os servidores e com as servidoras? Não há necessidade dessa reforma previdenciária. A Emenda Constitucional nº 103 permite, mas não obriga. O governo tem dito que vários municípios já fizeram. Nem foram tantos municípios assim que já fizeram

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

essa reforma da previdência, mas cada um tem que realizar de acordo com a sua realidade, com a sua necessidade. Cadê o cálculo atuarial financeiro do Previmpa para embasar uma análise e uma reflexão para dizer essa necessidade? O último que teve, já foi dito aqui pelo procurador Edmilson Todeschini, aponta que o Previmpa é superavitário. Portanto, se é superavitário não tem a necessidade de ser feita essa reforma da previdência. Nós, municipais, já estamos com uma perda acumulada, de maio de 2016 até agora, são quatro anos sem reposição salarial, que soma 20,16%. O gasto com pessoal hoje, em 2020, ficou em 41,81%, o menor percentual em 15 anos, sendo que o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal é de 54%. A despesa bruta com pessoal teve um incremento diminuto, porque foram quatro anos sem reposição salarial e nesse tempo a receita do Município tem crescido. Nós, municipais, temos feito todo o esforço e temos dado muito do nosso sangue e do nosso suor para atender a população. Há pouco tempo, em 2017, já foi alterada a alíquota do Previmpa de 11% para 14%, também sem necessidade. Assim como também há pouco tempo foi retirado um conjunto de direitos dos trabalhadores. Portanto, os trabalhadores municipais têm dado a sua contribuição.

Eu quero falar a todos que estão presentes aqui que é necessário o diálogo, é necessário o debate, mas que o prefeito apresente o que ele quer da categoria. Porque a proposta que ele traz trata apenas da idade permanente. O que vem a ser isso? Os futuros municipais a ingressarem. Portanto, se ele diz que tem um problema de déficit, e nós sabemos que é uma dívida, é uma dívida histórica do Município, se ele diz é com relação aos atuais, e ele não apresentou o que ele quer de nós, quero dizer uma coisa: o Simpa quer fazer um diálogo técnico, em cima de dados técnicos e não de argumentos políticos, não em cima de apenas discursos e falas que não traduzem a realidade. O prefeito, todos sabem, tem dito – ele fala muito isso e conversou conosco hoje ainda numa reunião que nós tivemos – que dialogar não é concordar. Eu quero dizer – o prefeito está aqui – que esta concepção, este entendimento está equivocado, porque dialogar é buscar o entendimento mediado e buscar solução conjunta para um conflito de opinião. Isso é dialogar, prefeito! Porque apenas sentar numa mesa, ouvir, ouvir, ouvir e fazer de conta que dialoga não é diálogo. Nós nos dispomos a dialogar. Queremos colocar uma mesa técnica para que a gente possa analisar em conjunto essa realidade. Não é justo que neste momento em que a cidade

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

enfrenta uma séria pandemia, que a gente tenha que enfrentar uma discussão nesse nível. Hoje Porto Alegre necessita, prefeito... E durante a campanha, nos seus vídeos, naquela forte ventania que houve há uns anos, mostrava o senhor atuando para defender a cidade, o senhor usou isso como instrumento da sua campanha. Hoje nós precisamos que o senhor se dedique a salvar vidas, e neste momento nós precisamos que a Prefeitura de Porto Alegre tenha todos os seus recursos, tenha todos os seus esforços voltados a salvar vidas e garantir a saúde da população de Porto Alegre. Nós, municipais, já estamos fazendo isso. Quero inclusive dizer que nós temos vários servidores, principalmente na área da saúde – médicos, técnicos de enfermagem e atendentes socorristas, diversos –, que estão colocando a sua saúde e a sua vida em risco para proteger a população de Porto Alegre. É nesse cenário, prefeito, que nós, enquanto Simpa, temos que ouvir a nossa categoria para poder produzir uma opinião. Como é que eu vou chegar para aquele colega que está há 24 horas, pois há colegas nossos, e não são poucos, que estão fazendo plantões de 24 horas nos prontos atendimentos e no Pronto Socorro para salvar vidas, como é que eu vou chegar para esse colega exausto e dizer para ele: tu podes discutir a questão da tua aposentadoria, o que tu estás disposto a perder, o que tu podes cortar? Mas como é que o colega vai ter condições de fazer esse debate, fazer essa discussão? Prefeito, neste momento, nós, do Simpa, estamos propondo: retira o PELO nº 002/20, vem dialogar e exercitar o que o senhor disse durante toda a campanha, vem dialogar com os municipais, vem dialogar com a população de Porto Alegre, prefeito! E digo mais: é preciso que a gente faça todo o esforço necessário para que a gente possa trabalhar com serenidade, com muita profundidade, responsabilidade e consequência. Nós não podemos dar, no meio dessa pandemia, como prêmio aos servidores que estão doando todos os seus esforços para salvar vidas, essa reforma que está aí! Porque as questões de transição, que é a questão da definição da alíquota de contribuição, o cálculo dos proventos de aposentadoria e também o cálculo de pensões, isso não está colocado no seu projeto. Por quê? Porque isso o prefeito quer passar em lei complementar, que é só por 19 votos e, portanto, precisa de menos votos de vereadores. Prefeito, nós queremos que o senhor sente e diga o que o senhor quer de nós. O que o senhor quer com este projeto? Porque não está claro! Os nossos servidores e colegas estão se dedicando muito, colegas da assistência social que estão atuando na área

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

e atendendo pessoas em condições de rua, moradores de rua, os guardas municipais, os colegas da saúde, como eu já disse, mas também temos o pessoal de outras áreas, do saneamento, do tratamento de água, esgoto, pessoal do recolhimento de lixo. Prefeito, nós não temos condições, neste momento, de fazer essa discussão dessa maneira. Até porque, como eu já disse, a situação é bastante delicada no Município de Porto Alegre, é muito delicada. Já basta tudo o que nós temos perdido nesses últimos tempos. Nós entendemos, prefeito, que essa emenda constitucional não obriga o senhor a fazer esta reforma da previdência, ela possibilita essa condição, ela permite essa construção, mas a partir de dados concretos, de fatores que determinem que está precisando. Mas o que o prefeito está encaminhando? Ele está encaminhando uma reforma para resolver o problema de caixa do Município, e isso não está previsto na Emenda Constitucional nº 103. A Emenda Constitucional nº 103 prevê a necessidade e a possibilidade de fazer uma reforma da previdência tão somente para buscar o equilíbrio financeiro e atuarial do Previmpa. Agora, se o senhor chegar e apontar para a categoria que quer debater, que quer dialogar, que quer discutir, nós podemos fazer esse debate, mas o senhor tem que fazer um gesto de grandeza: retire o PELO nº 002/20. Seja sensível com este momento muito difícil que nós estamos vivendo na cidade de Porto Alegre. A cada dia que passa o número de mortes, o número de pessoas infectadas bate recordes. Os servidores, lá na linha de frente, estão tratando, brigando, lutando para atender a população de Porto Alegre, e o senhor quer passar essa reforma da previdência, com um projeto que apresentou em 1º de fevereiro e pediu regime de urgência, o seu líder de governo, no dia 3 de fevereiro, pediu audiência pública para acelerar o processo, e onde está o raio do diálogo? Onde está o raio do debate e da discussão? Olhos nos olhos? A nossa categoria sempre se colocou ao lado da população de Porto Alegre e quero dizer aos munícipes que estão acompanhando esta audiência: os servidores estão ao teu lado, sempre estiveram. Quando você tem um problema de segurança na rua, está lá a Guarda Municipal; quando sofre um acidente, está lá o pessoal da área da saúde. É preciso que, neste momento, a gente tenha a sensibilidade, prefeito, de saber que Porto Alegre atravessa o pior momento da sua história com essa pandemia e para isso, prefeito, nós dissemos: é necessário um *lockdown* severo. As pessoas têm que parar de circular, porque a gente sabe que esse vírus é transmitido de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

pessoa para pessoa, é preciso distanciamento social. E o senhor, prefeito, tem que ter essa atitude para defender a vida da população desta cidade. Essa é a sua tarefa, prefeito; essa é a sua responsabilidade, prefeito. O Simpa assume a sua tarefa junto com os seus servidores, com os seus colegas, com os seus representados, de fazer o debate, de fazer o diálogo e estar lá na linha de frente atendendo a população de Porto Alegre.

Portanto, a gente vem aqui dizer mais uma vez: não é necessária essa reforma, essa reforma não tem necessidade. Pelo que diz a legislação, essa reforma só poderia acontecer se tivéssemos uma situação de desequilíbrio. Eles vão dizer que tem déficit, mas não tem, isso é apenas retórica. Porque, como foi dito pelo nosso procurador Edimilson Todeschini, isso é uma dívida histórica, porque a Prefeitura não assumiu, lá atrás, a responsabilidade de pagar um valor que poderia gerar um único sistema de previdência no Município de Porto Alegre. A Prefeitura optou por pagar isso parceladamente e sempre soube que pagaria isso ao longo do tempo. Essa é uma dívida da Prefeitura que quer passar para o bolso dos servidores mais uma vez; além de não repor o salário dos servidores há quatro anos, de retirar direitos, de aumentar alíquotas de 11% para 14%, a Prefeitura não faz um diálogo transparente que é necessário para uma situação e uma realidade como essa. Portanto, prefeito; portanto, Srs. Vereadores, é necessário que se retire esse PELO para que a gente faça um diálogo transparente, honesto, verdadeiro, profundo e consequente para tratar desse tema tão complexo. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Agradeço a representação do Previmpa e do Simpa, que cumpriram rigorosamente os 15 minutos. Agradeço também à Diretoria Legislativa que está monitorando o ingresso dos requerentes, por meio da sala de espera e nos auxiliando no ingresso daqueles que querem participar desta audiência pública. Pedimos que os participantes e interessados a contribuir aguardem na sala de espera que a Diretoria Legislativa está registrando os ingressos, conforme o regramento. Então, como anunciado previamente, os dois requerentes da audiência pública, tanto o Simpa, quanto o Ver. Idenir Cecchim, depois o governo terá 15 minutos para explicar o projeto. Neste momento, eu quero solicitar à Diretoria Legislativa e também informar aos participantes que será aberto um *chat* para que sejam colhidas as inscrições. Os 10

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

primeiros inscritos terão direito a se manifestar por cinco minutos, lembrando que a manifestação dos vereadores está garantida pelo mesmo tempo, também o acesso dos vereadores está garantido, apenas peço que os vereadores tenham paciência de aguardar para que a seleção da Diretoria Legislativa possa identificá-los e aceitar o ingresso no recinto *web* que está nos proporcionando essa audiência. O Ver. Idenir Cecchim cede o seu tempo para o prefeito Sebastião Melo.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente estamos abrindo o *chat* para receber as dez inscrições neste exato momento.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, diretor. O Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, está com a palavra.

SR. SEBASTIÃO MELO: Presidente, em meu nome e em nome do vice-prefeito Ricardo, que está conosco aqui, virtualmente, também de vários dos nossos secretários, alguns aqui no Paço, outros acompanhando das suas residências, eu quero saudá-lo e, por extensão, os demais vereadores e vereadoras desta Casa que servi por 12 anos e também tive a honra de presidi-la por duas vezes; tenho muito orgulho de ter passado por aí; saudar também cada servidora e cada servidor.

Queria dizer o seguinte, Sr. Presidente, eu conversei com o líder do governo e acho que para ser bem equilibrado, o governo vai usar só um tempo, talvez dar mais cinco minutos ao Simpa, nós usamos 20, eles usam 20; ou 15, 15. Eu acho que isso fica equilibrado e a gente entende que numa audiência pública as partes devem estar equilibradas.

Preliminarmente, não tem faltado diálogo neste tema. Nós nos reunimos com todas as entidades dos municipais; nesta mesa da qual estou falando, foram duas ou três reuniões presenciais – quando ainda não tínhamos bandeira preta –, depois todas as outras foram feitas por vídeo conferência e, ao final, nos reunimos longamente sobre esse tema com o Simpa, que é o sindicato. Convidamos todas as bancadas, são 17 bancadas, somente uma bancada, que é a do Ver. Jessé, com quem ainda não conseguimos falar, portanto ainda tem uma fala; nós conversamos com todas as bancadas, os secretários foram à Câmara

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

várias vezes conversar com bancadas. Os secretários tiveram na CEFOR também numa longa conversa nesta semana, quer dizer, não está faltando diálogo sobre esse tema.

O Congresso Nacional votou essa matéria em 2019. Lá houve uma grande discussão se essa reforma da previdência deveria atingir também os servidores estaduais e municipais, como atingiu todos os trabalhadores da iniciativa privada, e chegou à conclusão de que a reforma passou a valer, a partir daquele momento, só para os servidores federais. Os estados brasileiros, praticamente na sua totalidade, independentemente de questão partidária de direita, de centro, de esquerda, de centro-esquerda, todos fizeram a reforma da previdência, sendo que, no caso do Rio Grande do Sul, ela se completou há dois dias, quando se votou as alíquotas previdenciárias dos militares.

Portanto, os municípios, no ano passado, por uma razão eleitoral, acabaram não fazendo essa reforma. O que nós estamos propondo neste momento é de muita singeleza. O PELO que está aí para ser votado diz o seguinte: se for votado, se for aprovado todo e qualquer cidadão que vier a concorrer a um concurso público para a cidade de Porto Alegre vai entrar sob uma nova regra, os homens aposentando com 65, assim como todos os brasileiros e os servidores públicos federais, estaduais hoje no Brasil inteiro que entrarem no serviço público; e 62 anos para as mulheres, como também é no Brasil, em todos os estados brasileiros e em muitos municípios. Bom, se essa matéria for aprovada, tem as regras de transição, que são feitas por lei infraconstitucional.

Eu quero dizer que eu era vereador em 2001 quando o governo Tarso Genro-João Verle apresentou essa matéria. O Previmpa foi criado lá, eu votei favoravelmente a esse tema, como votei favoravelmente na Assembleia porque eu acho que essa reforma é muito justa. E acho que os servidores públicos não devem ser tratados diferentemente do resto dos cidadãos brasileiros. Então, eu estou muito tranquilo para discutir essa matéria; teria muito mais para falar, mas vou deixar que os “Rodrigo” façam a apresentação.

E queria dizer ao Todeschini – por quem eu tenho admiração, carinho e respeito – que direito não é uma ciência exata, cada um tira dele o que quer, eu não concordo com nada do que tu disseste. Aliás, se os conselhos fossem deliberativos, não precisaria ter eleição para prefeito. Reúnem-se os conselhos deliberativos, ninguém governa, quem governa são os conselhos. O conselho opina, e a gente pode respeitar a opinião do conselho ou não.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

Aliás, se depender da minha vontade, quero mandar uma lei para a Câmara para tirar esse conselho deliberativo, porque eu acho que conselho tem que opinar, quem tem que decidir é a Câmara de Vereadores e o prefeito da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Sr. Rodrigo Sartori Fantinel, secretário da Secretaria Municipal da Fazenda –SMF, está com a palavra.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Presidente, vereadores, colegas secretários, colegas servidores e demais presentes, minha saudação. Nós vamos fazer uma apresentação, não sei se tem que ser liberado isso para a gente poder compartilhar.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeitamente, já estou habilitando a possibilidade de compartilhamento, a partir de agora. (Pausa.) Está habilitado.

(Procede-se à apresentação.)

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Essa apresentação é bastante breve, depois o Rodrigo, diretor do Previmpa, vai fazer a parte seguinte. O objetivo é só trazer alguns dados para que a gente possa depois discuti-los e acho que não vamos perder muito tempo aqui apresentando, para termos mais tempo para os debates. Inicialmente é importante, quando tratamos da previdência, falar um pouquinho da situação atual das finanças do Município de Porto Alegre.

Nós temos a seguinte situação. Essa primeira lamina mostra o retardo das finanças em 31 de dezembro de 2020, ou seja, a data em que a gente iniciou, ou a data em que a gente recebeu o Município de Porto Alegre para a atual administração. Conforme tinha sido já colocado pela administração anterior, realmente, quando chegamos encontramos um saldo em caixa de R\$ 208 milhões, contudo encontramos também obrigações financeiras a serem pagas na ordem de R\$ 278 milhões. A gente fazendo a dedução desse número, por consequência, a gente dispunha ou nos apresentavam uma indisponibilidade financeira da

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

ordem de R\$ 70 milhões, ou seja, nós não tínhamos dinheiro sobrado, na verdade, nós tínhamos mais obrigações do que saldo em caixa.

Em relação ao ano de 2021, nós temos algumas pressões sobre as finanças, que é importante que fique claro também. Primeiro, a própria questão da previdência é um problema bastante expressivo dentro das finanças, a previsão deste ano é que seja necessário um aporte de R\$ 1,29 bilhão ou R\$ 1,3 bilhão, arredondando, para suprir a insuficiência financeira do regime de repartição simples. Além disso, nós temos uma pressão muito forte em relação à necessidade de investimentos na educação. Isso decore daquela Emenda Constitucional nº 108, que vedou que se usasse recursos do Fundeb para pagamento de aposentadorias e pensões. Como isso era uma prática no Município de Porto Alegre até o ano passado, a partir deste ano, a gente teria de colocar na educação mais R\$ 300 milhões. Isso é um problema porque os R\$ 300 milhões não existem, então a gente tem que deslocar de algumas outras contas orçamentárias para a Secretaria de Educação para cumprir o mínimo constitucional.

Com relação à previdência especificamente, nós temos previsto esse aporte de R\$ 1,29 bilhão, que é decorrente daquela primeira linha da tabela – essa tabela não foi elaborada pela Secretaria da Fazenda, ela é anexa à avaliação atuarial do Previmpa. Então, a previsão atuarial para 2021 é de um aporte de R\$ 1,29 bilhão, arredondando, e o interessante, naquela última coluna, se nós observarmos os dados, é que a tendência é de crescimento; ou seja, vai ser necessário um aporte maior em 2022, um aporte maior em 2023 e um aporte ainda maior em 2024. Esses números são bastante precisos e a gente fez uma conta bastante simples para que todo mundo entenda, embora na prática isso não aconteça dessa forma, pegou-se R\$ 1,29 bilhão e se dividiu por 365, e aí chegamos a esse número de R\$ 3,5 milhões. É como se nós tivéssemos que aportar todos os dias, sábados, domingos e feriados, R\$ 3,5 milhões para suprir a insuficiência financeira do regime de repartição. É claro que isso não acontece assim, o aporte é realizado mensalmente, mas fazendo um raciocínio linear, esse é o volume de recursos necessário por dia para que se suporte essa insuficiência financeira. A previsão para os próximos quatro anos, que é o somatório daquela última coluna da tabela, é que se gaste em torno de R\$ 5,4 bilhões com esse aporte para suprir essa insuficiência.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

Aqui nós apresentamos alguns dados para se ter a ideia de comparação. Para a merenda escolar, por exemplo, nós temos orçado em 2021, R\$ 16,9 milhões. Isso corresponde a cinco dias de gasto com previdência. Para fazermos um conjunto habitacional de 356 unidades, ou seja, para dar moradia para 356 famílias esse custo é de R\$ 32 milhões; aproximadamente nove dias da conta da previdência. Para fazer toda a conservação de vias públicas, o popularmente conhecido tapa-buraco, e mudar o asfalto nessas vias, colocar um asfalto mais qualificado, o orçamento é de R\$ 16 milhões para 2021, isso corresponde a 4,5 dias a conta da previdência. Para manter a capina, o roçado da cidade, durante todo o ano, são necessários R\$ 10 milhões para o ano de 2021, e isso corresponde a menos de três dias da nossa conta da previdência. Então, o número é bastante expressivo, aqui, obviamente, são só comparações para a gente poder entender um pouquinho o tamanho dessa conta dentro das finanças do Município. Por óbvio, é uma necessidade, como foi colocado, de sustentabilidade de médio e longo prazo para o Município de Porto Alegre, ninguém aqui está pensando no atual governo, essa é uma necessidade que o Município tem, que, na verdade, todos os entes federados têm, o Rodrigo, agora, vai detalhar um pouquinho mais isso, não é uma ação isolada que Porto Alegre está fazendo, basta olhar para os outros estados e para as outras capitais e se percebe que é uma ação que é necessária em todo o País.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Sr. Rodrigo Costa, Diretor-geral do Previmpa, está com a palavra.

SR. RODRIGO COSTA: Boa noite a todos, Presidente. Qual é a situação da previdência atual? Então, como já mencionaram anteriormente, foi criada em 2001, temos um regime de repartição simples e um regime capitalizado, os números vão aparecer mais adiante, os números financeiros a gente já conhece. É importante a gente destacar aqui que até 2001 se contribuía com o Montepio dos Funcionários, com 4,75%, exclusivamente para pagamento de pensões e depois, então, se passou a contribuir para o fundo de previdência e depois para o Previmpa, ao longo do tempo, com suas alíquotas. Nós colocamos aqui um número que também é bastante esclarecedor, hoje nós temos 16.569 benefícios pagos pelo

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

Previmpa, sendo 12 mil aposentados e 4.400 pensões, para 13.291 servidores. São dados atuariais de dezembro de 2020. Então, para cada cem servidores trabalhando, hoje, no Município de Porto Alegre, temos 125 recebendo da previdência municipal. O que nós estamos propondo, então? A adequação a Emenda Constitucional nº 103, que, além das regras de idade, de tempo de contribuição, de pensão, de alíquotas, enfim, para os servidores públicos federais, ela também trata do equilíbrio financeiro e do equilíbrio atuarial. A gente não pode esquecer também desse conceito de equilíbrio financeiro. E a própria emenda diz que para verificar o sistema previdenciário, não basta ter segregação, mas sim olhar para todo o conjunto. E quando a gente olha para o mapa do Brasil, onde está em verde são os estados onde já foi feita a reforma da previdência. Os municípios, por motivos óbvios, em ano eleitoral, acabaram deixando para os eleitos, mas temos Salvador, onde a reforma já foi feita, em Fortaleza está em tramitação, basicamente nos mesmos moldes que estamos encaminhando aqui, através das regras gerais, por meio do PELO nº 002, e principalmente da Mensagem Retificativa. Quando a gente olha aquele mapa e traz os partidos que governam, nós vamos ver que a previdência não é uma questão ideológica, mas, sim, de necessidade, porque ela transitou por esquerda, por direita, passou pelo centro e todos que puderam fizeram a reforma da previdência.

Quais são os objetivos, e aqui eu acho que vale a pena a gente parar um pouquinho, em relação à Mensagem Retificativa que nós encaminhamos ao PELO nº 002? Primeiro nós detectamos algumas inconsistências e por isso foi retificado, mas queremos estabelecer as regras gerais, como o prefeito disse no início, para os servidores que ingressarão no sistema, ou seja 65 anos de idade para homens e 62 para mulheres; também estabelecer as regras especiais, que serão para professores, para pessoas que trabalham com exposição a agentes biológicos, químicos, também para pessoas com deficiência. Incluímos também a questão da chamada PEC da bengala, que não estava prevista anteriormente, que é a aposentadoria compulsória. Trouxemos, através do art. 4º da Mensagem Retificativa, as garantias das regras de transição; da forma como está hoje no Município de Porto Alegre, e inclusive nos municípios que já fizeram a sua reforma ou estão fazendo, como é o caso de Fortaleza, essas regras estarão estabelecidas por lei complementar. Ou seja, a lei complementar vai dispor sobre as regras de transição, sobre

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO n° 002/20

as regras de pensão, sobre a forma de cálculo do provento e também sobre a alíquota, porque são de origem infraconstitucional e nos municípios através de lei complementar. Ainda, nós incluímos no mesmo artigo, através de parágrafos, as garantias de que até entrar em vigor a lei complementar, que vai ser amplamente discutida com todos os servidores, com todos os vereadores, com todas as instituições, até que entre em vigor essa lei complementar, o que vale para os servidores como eu, como o Alexandre, enfim como outros servidores que já estão na ativa e que venham a ter regra adquirida de aposentadoria, para esses servidores, até que a lei complementar entre em vigor, valem as regras atuais e também os direitos já adquiridos; ou seja, sem que a lei complementar discorra sobre as regras de transição, prevalecem as regras hoje vigentes. Fica bem claro assim. O nosso objetivo principal também era o de dar essa tranquilidade para a Câmara de Vereadores poder votar o projeto sabendo que as regras que estão sendo colocadas no PELO valem para os servidores que ingressarão no sistema público municipal. Rapidamente, era isso que tínhamos a apresentar sobre o PELO. Não sei de o prefeito ou o Rodrigo querem comentar mais alguma coisa. Então, agradeço e ficamos à disposição.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Agradeço, então, pela explanação, especialmente da área técnica, e também pela manifestação do prefeito. O Sr. João Ezequiel está com a palavra.

SR. JOÃO EZEQUIEL: Boa noite ao prefeito, boa noite ao Presidente da Câmara, à Diretoria Legislativa. Em primeiro lugar, quero fazer aqui uma questão de ordem: houve uma restrição de participação nesta audiência pública que está ocorrendo agora. Tivemos relatos aqui de que diversos vereadores e vereadoras não conseguiram acesso a esta audiência pública. Foi restringida a sua entrada para a participação aqui. Fora os vereadores que vou nominar aqui, Ver. Matheus Gomes, Ver. Roberto Robaina, Ver.^a Karen Santos, Ver.^a Cláudia e o próprio vice-líder do governo, chegou aqui para nós, além de dezenas de colegas municipais que foram restringidos de participar desta audiência pública. Eu não quero aqui fazer acusações; pode ser que isso seja por conta de algum problema do aplicativo, mas eu quero deixar registrado, em nome do Simpa, que uma

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

audiência pública com restrição, que não permita a ampla participação popular e que também impeça parte da Câmara de Vereadores de participar, essa audiência pública perde o seu caráter público. Portanto, o Simpa e outras entidades vão questionar a legitimidade desta audiência pública. Quero deixar registrado de forma clara. Temos agora 251 participantes. Diversos vereadores e vereadoras questionaram a realização desta audiência pública em plena pandemia, porque nós poderíamos esperar para fazer uma audiência pública de forma mais organizada, permitindo a ampla participação popular, de todos os vereadores e vereadoras, da categoria dos municipais de Porto Alegre e também da população de Porto Alegre.

Dito isso, vou aproveitar meu tempo aqui para deixar registradas algumas ponderações sobre o que foi dito aqui anteriormente, apresentado pelo governo municipal de Porto Alegre sobre a reforma da previdência municipal, este projeto, este PELO que está na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Primeiro, Sr. Prefeito, com todo o respeito, não dá para comparar a previdência geral do INSS com a previdência municipal de Porto Alegre, porque são regimes distintos. Os servidores municipais de Porto Alegre têm um regime próprio de previdência. O cofre da previdência municipal de Porto Alegre não se comunica com o cofre da previdência geral do INSS, onde todos os trabalhadores e trabalhadoras CLT contribuem. Portanto, são previdências diferenciadas. Isso aconteceu por conta de que o Município tem a sua previdência, e, portanto, há de se olhar para o cofre da previdência municipal de Porto Alegre, para nós avaliarmos se é necessária uma reforma dessa previdência ou não é. E aí eu quero aqui reparar, prefeito, com todo o respeito, que seus técnicos estão usando aquela lógica de torturar os números até que eles nos contem o que queremos ouvir, porque tem um problema grave na apresentação dos “Rodrigos” que é o seguinte: o que a Prefeitura tem que aportar para as aposentadorias que já ocorreram e para as aposentadorias do regime simples, isso não é déficit, isso é uma dívida que a Prefeitura de Porto Alegre tem com os aposentados porque é a obrigação dela pagar essas aposentadorias. Agora, se a Prefeitura de Porto Alegre, ao longo de décadas, não fez um fundo para garantir essas aposentadorias, claro – não é, Ver. Pedro Ruas que está aqui me ouvindo, demais vereadores e vereadoras? –, óbvio que a Prefeitura vai ter que pagar dos seus cofres. Mas isso, prefeito, não é déficit, isso é uma dívida que a Prefeitura tem com

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

os municipais por conta da regra previdenciária à qual os servidores e as servidoras foram submetidos quando ingressaram na Prefeitura de Porto Alegre. Então, fora isso, eu quero lamentar que o prefeito diga que quer mandar para Câmara uma lei que tira o direito deliberativo do Conselho de Administração do Previmpa. Bem, nesta fala o próprio prefeito admite que existe uma legislação que diz, sim, que o CAD é deliberativo, e por ser deliberativo e apontar que não há motivos atuariais, não há prova atuarial para que essa reforma seja feita, fica evidente, presidente, que esta reforma não tem que acontecer. Então reforço aqui a fala do meu colega, diretor Alexandre Dias: “Prefeito, retira o processo, e dialoga com os servidores”. E digo mais, o jurídico do Simpa vai avaliar a restrição que houve nesta audiência pública, que pelo que aconteceu perdeu o seu caráter público, portanto não se trata mais aqui de uma audiência pública, e sim de uma plenária, uma reunião, como queiram chamar, mas não audiência pública. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, João Ezequiel. Lembrando que estamos com 298 participantes e não temos ninguém esperando para entrar na audiência. Mas, de qualquer forma, fica o registro.

O Ver. Leonel Radde está com a palavra.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa noite a todos e todas. Vou ser bem sucinto, porque honestamente eu não consigo entender esta audiência pública neste momento em que pessoas estão morrendo nas suas casas sem ter acesso ao hospital, e a gente aqui debatendo algo sério, algo que envolve a vida de centenas de porto-alegrenses, centenas de servidores públicos. Eu defendo aqui o adiamento, o cancelamento desta audiência pelas falhas já apresentadas, e pelo momento que não é adequado, de forma alguma. Eu não entendo a necessidade dessa atitude da Prefeitura, essa velocidade, esse ímpeto de debater algo tão profundo e tão drástico, e que está sendo colocado no momento mais dramático da nossa capital, talvez da história da nossa capital, a gente debater esse assunto que deveria ser algo mastigado, algo que deveria estar sendo ponderado, a gente deveria estar vendo os números, tendo acesso, diálogo olho no olho, mas pelo jeito, além do negacionismo da Prefeitura a gente enfrenta ainda o ódio ao servidor público. Eu recebi

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

um áudio do prefeito Sebastião Melo fazendo um convite para que várias pessoas participassem dessa audiência, e o diálogo travado ali nesse áudio me deixa preocupado porque o áudio nitidamente dá a entender que os servidores são inimigos! O áudio diz mais ou menos assim: “avisem os nossos aliados que teremos uma audiência pública para falar sobre a previdência dos servidores públicos, mas se só estiverem eles lá, isso vai dar problema; ocupem este espaço porque, se a gente não fizer essa reforma da previdência, nós não vamos conseguir tapar os buracos das ruas”. Mas o que é isso? Jogar a população contra os servidores públicos que hoje estão na situação mais dramática, na linha de frente do combate à pandemia, como já foi falado aqui, nos postos de saúde, morrendo, ou estão entubados, ou estão assoberbados, não têm tempo de descanso. Então, num momento dramático como esse a gente coloca mais um estresse em cima da vida desses trabalhadores e trabalhadoras? É vergonhoso! Já não basta a desumanidade de a gente estar negando a pandemia, de estar forçando as pessoas a irem para a rua, e dentro da Câmara dos Vereadores não aprovamos uma renda básica, verbas para vacina, como foi proposto pela bancada de oposição e foi negado. Então a gente retira a possibilidade de a população ter um recurso para se manter num momento dramático como esse e a gente ainda ataca os trabalhadores e trabalhadoras municipais. Eu não entendo, honestamente, onde está a humanidade. Porto Alegre, hoje, tem mais de 120% de ocupação de leitos, e a gente debatendo a previdência, a vida de outros trabalhadores, como se nada estivesse acontecendo na nossa Capital. É um ódio à vida, é um ódio àqueles que mais precisam. Enfim, era isso que eu queria deixar aqui, porque realmente a situação é muito dramática, e parece que nós estamos vivendo um filme de terror. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. A Sra. Márcia Rosi Apolo Ferreira, representante do Conselho de Administração do Previmpa e da Diretoria do Simpa, está com a palavra.

SRA. MÁRCIA ROSI APOLO FERREIRA: Boa noite a todos e a todas. Gostaria de me apresentar: eu faço parte do CAD e também sou da diretoria do Simpa. Eu vejo que o pessoal gosta muito de colocar dados, se basear em dados, então eu também vou colocar

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

alguns dados. A contribuição anterior à 2001, até 2002, era 6,75%, agora é 14%. Lembrando que, em 2017, nós já fomos sugados em 3%. Vamos continuar com mais alguns dados: 15% e 25%, que era um direito nosso, foi retirado. Mais um dado: triênios que ficaram quinquênios, eram 5% e ficaram em 2%. Só aí, menos 3% também. Vamos além: desde 2016, nós não temos reposição salarial. Não falo nem em perdas históricas, falo em reposição salarial. Só isso já dá mais de 20%. Então vamos colocar mais uma questão: o nosso Imposto de Renda não tem sonegação, sai na nossa folha, e nós sabemos como é a tabela do Imposto de Renda. Então são alguns dados que a gente tem que colocar enquanto funcionário, para ver onde a gente está onerando esta folha e onde tem culpa do funcionário. Aí eu me dirijo ao prefeito: o senhor perdeu as eleições anteriores para o Marchezan, agora nesta eleição o senhor ganhou, mas as mudanças não existem, a política continua a mesma, Sr. Melo: arrocho salarial, culpar os funcionários, colocar a dicotomia funcionários/população, uns contra os outros, como se nós não fossemos parte desta população, nós que fizemos uma opção, através de concurso público, de servir a esta população. Tenho que ressaltar o trabalho dos nossos colegas da saúde, dos nossos colegas do DMAE, dos nossos colegas da FASC, que inclusive não têm vacinação ainda e passaram o ano inteiro da pandemia fazendo seu trabalho. E as escolas não estão funcionando, porque o Simpa conseguiu isso através de uma liminar, senão a pandemia estaria muito mais agravada. Isso é muito sério, e neste momento de pandemia, onde o senhor diz que dialoga, mas ao mesmo tempo dialoga através de uma exposição de PowerPoint, o senhor dialoga através do regime de urgência. Onde está o diálogo, senhor? Essa é a minha indagação! Colocar a culpa nos funcionários, através deste áudio que hoje o senhor fez, nos colocando contra a população, é muito sério! Isso não é uma discussão. Isso não é um diálogo, isso é culpabilizar os funcionários como todos esses governos federais e estaduais estão fazendo. Eu fico estarecida: o senhor está chegando na Prefeitura, vamos dialogar com seriedade, vamos colocar os números! E mais uma questão que eu acho muito importante: o senhor é advogado, Seu Melo, e uma lei federal não pode ser alterada por uma lei municipal. A Lei Federal nº 9.717 determina o controle dos segurados sobre o seu regime, então o CAD é, sim, deliberativo, e mesmo que o senhor queira enviar uma lei para Câmara Municipal, não pode se sobrepor a uma lei federal. Essa

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

também é uma questão muito séria. O senhor coloca o CAD contra a população e os funcionários contra a população. Isso não é diálogo, me desculpe. Vamos botar os dados técnicos, se em âmbito estadual e federal fizeram realmente essa mudança usando a 103, será que é necessária nesses moldes? É isso que a gente quer discutir. E a gente não entende, neste momento de pandemia, seriíssimo, faltando leitos, gente morrendo, discutirmos retirada de direitos mais uma vez. Eu realmente fico estarelecida, mudou o “m” de Marchezan, para o “m” de Melo, mas o “m” de massacre continua o mesmo.

PRESEIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Nós vamos alternando as inscrições dos vereadores e do público em geral, em especial a presença dos servidores. A Ver.^a Karen Santos está com a palavra.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa noite, gente, eu me inscrevo nesta audiência também para reiterar a denúncia de que várias pessoas não conseguiram acessar, inclusive vereadores, o que é mais preocupante. A gente sabe que presencialmente há restrição de acesso do público ao plenário, mas virtualmente, eu, inclusive, já participei de assembleias de mais de 600 pessoas, assembleias virtuais bem organizadas, e o que ocorreu na noite de hoje é que inclusive vereadores estavam até quase às 20h sem conseguir acessar o debate inicial, a apresentação dos companheiros do Simpa, a apresentação do Prefeito. Eu acho que é inviável, a gente tem que refletir e somar coro pedindo o cancelamento desta audiência. Porque é isso, estamos todos nós, após uma jornada de trabalho, mais de uma hora de atraso até todos conseguirem acessar esse debate, e é um absurdo, com toda a tecnologia que a gente tem acesso, os recursos que estão disponíveis, a gente impedir trabalhador, trabalhadora, vereador de conseguir acessar uma discussão tão importante quanto essa. É importante no sentido de que novamente é um ataque, uma continuidade do ataque, que foi a marca do governo Marchezan, de colocar nas costas dos servidores municipais a conta da má gestão de sucessivas gestões que ocuparam o Paço Municipal. Então, acho que isso é irresponsável, neste momento de crise que nós estamos passando. Muito bem relatado pelos trabalhadores que estão sem o seu dissídio, que estão tendo mudanças no seu plano de carreira, que faz com que eles percam poder econômico,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

percam qualidade de vida, e são esses trabalhadores que, neste exato momento, estão na linha de frente de combate à pandemia, garantindo os serviços essenciais, e, novamente, de uma forma extremamente cruel... Por que isso? Uma audiência virtual, num momento em que Porto Alegre está em bandeira preta, para debater os rumos de uma categoria que está, neste momento, dedicando as suas vidas para garantir o bom funcionamento dos equipamentos públicos. Se não é crueldade isso que está acontecendo, eu não sei mais como qualificar a postura do atual prefeito. Porque diálogo, Prefeito Melo, não é simplesmente reunião, que encaminha a outra reunião, que encaminha a outra reunião e não se efetiva nada. Não se efetiva vacinação; não se efetiva alimentação para as comunidades escolares; não se efetiva a vacinação para os trabalhadores do transporte coletivo; não se efetiva uma logística para garantir que não sejam descartadas as vacinas no final de cada uso nas unidades de saúde; não se efetiva! E nós estamos denunciando desde o dia 1º de fevereiro. A gente compreende a transição de uma gestão conflituosa, trágica, como foi a gestão do governo Marchezan, para a atual gestão, mas se passou um mês e nós não temos respostas. A resposta que vem é, novamente, a mesma cartilha: tira do servidor público, tira dos usuários de ônibus, demite os cobradores. Para nós, não dá mais, o mesmo remédio amargo sendo colocado para os usuários, que não querem essa reforma; para os trabalhadores, que não querem essa reforma. Então não sei com que os senhores querem dialogar, porque os principais impactados para essa reforma, estão dizendo que não querem essa resposta. E acho que passa sempre batido nas nossas discussões quem tem que pagar o preço da crise; os devedores dos cofres públicos do Município. Quem são os devedores dos cofres públicos? É o setor imobiliário, não é Ver. Bins Ely? O setor imobiliário é o principal devedor de IPTU dos cofres públicos do nosso Município; o setor financeiro, Citibank, também, um dos maiores devedores dos cofres públicos do nosso Município; as empresas de ônibus da cidade devem para os cofres públicos do Município. Por que a gente sempre tem que tirar do elo mais fraco, do elo mais prejudicado, daquelas pessoas que trabalham, que vivem do próprio trabalho, se sustentam do próprio trabalho, e não de lucros, não de dividendos? Temos que pensar alternativas, e, quando o governo diz que não tem alternativa, novamente essa cláusula pétrea: para os empresários tudo, para o setor dos ricos e poderosos da cidade tudo, e para o trabalhador

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

nada, para os usuários nada. Porque é o usuário que, a médio prazo, vai sentir o impacto de todo esse desmonte que o nosso sistema público está passando, então é dentro desses temas que a gente quer dialogar. Nós temos alternativas? Temos alternativas, por que a gente não cobra os devedores dos cofres públicos? Por que a gente faz cláusula pétrea em relação a esse setor riquíssimo da nossa cidade, que não paga aquilo que deve aos cofres públicos? Por que a gente não pensa num projeto de taxaçaõ progressiva? Porque a gente sabe que o Previmpa não é deficitário, a gente já tem consciência de que a dívida é anterior à existência do Previmpa, que nada tem a ver com os atuais trabalhadores que vão ser responsabilizados por uma dívida que é fruto de uma má gestão. Quem está assumindo esta gestão agora tem o dever de se posicionar em relação a isso, e não só socializar o ônus de tudo isso para aquelas que já estão desgastadas, há mais de um ano enfrentando essa pandemia. Esse é o nosso recado, um convite para que se sensibilizem com essas questões gritantes que nós estamos apontando, desde 1º de fevereiro, em relação à vacinação urgente da nossa população. Com R\$ 50 milhões a gente consegue vacinar todos os porto-alegrenses, com a vacinação dos trabalhadores dos serviços essenciais. A gente está acompanhando, na nossa cidade, diversos protestos querendo a reabertura do comércio sem vacinação, isso é genocídio, e a gente tem que se posicionar em relação a isso também.

Para concluir, o debate da alimentação escolar, que eu acho também que é fundamental. Já passou do tempo, acho que a gente tem outras prioridades, Sr. Prefeito, Srs. Vereadores, quem está nos assistindo: a nossa prioridade, neste momento de pandemia, não é fazer reforma previdenciária. Se há uma dívida, a gente está apontando de onde a gente acha que tem que ser paga essa dívida, e não é do trabalhador, não é daqueles que estão na linha de frente no combate à pandemia. Temos que ser conscientes em relação a isso e convocar todos os trabalhadores municipais para lutar, para lutar. Porque nós que trabalhamos, nós que pagamos impostos, nós que sustentamos essa banda toda, não podemos seguir reféns de políticos que não têm respeito à vida. E olhem o que foi a gestão do Marchezan para o nosso Município de Porto Alegre. A gente não quer passar mais quatro anos para ver que foi uma péssima decisão o que os porto-alegrenses fizeram nas urnas.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

Não podemos dar um cheque em branco para esses políticos seguirem decidindo coisas por nós. Era isso, muito obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Karen Santos. Agradeço também por ter referido o meu nome com relação a uma liderança do mercado imobiliário. O Sr. Jerri Gallinati Heim, do Sindicâmara está com a palavra.

SR. JERRI GALLINATI HEIM: Boa noite a todos, boa noite Prefeito de Porto Alegre, boa noite vereadores, boa noite colegas municipais, boa noite às demais autoridades presentes. Falo aqui em nome do Sindicâmara e também em nome dos colegas de algumas associações, com as quais temos trabalhado nas últimas semanas, e confesso que me surpreendi ao me identificar com o discurso do Alexandre no que diz respeito à falta de diálogo. Temos tentado dialogar com o governo desde o princípio, de fato, fomos recebidos pelo governo, fomos recebidos pelo Rodrigo do Previmpa, porém parece que é um discurso, uma relação que não é exatamente um diálogo. A gente fala, a gente passa informações, mas não temos recebido retorno claro e objetivo de governo, do que o governo pretende, de fato, com essa reforma de previdência. Não vou aqui bater no lugar comum de que ela não é necessária, de fato ela não seria, mas mesmo que tenhamos a boa vontade de entender que o governo está buscando recurso, mesmo com toda essa predisposição da nossa parte, também estamos enfrentando dificuldades de conversar com o governo. Também, parece que a coisa não está andando, a gente consegue conversar com alguns vereadores, vou ser bem sincero aqui no relato: alguns vereadores que estão nos ouvindo acabam sendo chamados no Paço, como se fosse para levar um puxão de orelha por estarem conversando com a gente, o que é, no mínimo, desconfortável para todos.

No aspecto mais técnico, queria dizer que uma das grandes dificuldades que a gente está enfrentando é a necessidade de colocar as chamadas regras de transição, a definição dos cálculos e dos proventos, dentro do PELO. É uma garantia jurídica para os servidores, mesmo que aleguem que em outros lugares estão fazendo por lei complementar, mas é a única forma de os servidores se sentirem juridicamente seguros, e é o procedimento correto, até porque a Emenda Complementar nº 103 está cheia de regras, então dizer que

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

numa constituição, numa lei maior, tu não podes detalhar, então como a emenda complementar detalha tanto e daquela forma? Então também não fecha. É o que a gente vem batalhando, é o que a gente vem tentando, mas, confesso que não está fácil – não está fácil. Temos dificuldades em ter acesso a alguns dados, e espero que o governo tenha um pouco mais de boa vontade em relação a essa matéria, como disse muito bem o Alexandre, sentar e conversar não é exatamente ouvir; apenas a explanação: “Ah, que bom que tu falaste, então está, encerrou”, não é exatamente um diálogo. Quando tu colocas em regime de urgência, tu estás colocando uma espada em cima das pessoas que estão tentando encontrar uma solução e trabalhar em cima disso.

Em reação ao déficit do Município, desculpem, mas vou ser bem sincero, novamente, gosto muito do Prefeito Melo, já foi meu Presidente duas vezes na Câmara, foi um bom Presidente para a Câmara, mas apresentar os números, reduzir o gasto com a repartição simples no valor diário e depois transformar isso em possibilidade de obras e serviços, tem um quê até de maldade nisso. Desculpe falar nisso, mas me lembrei lá da outra campanha, das maldades que Mamãe Falei fez com o Melo, usando falácias, para botá-lo contra parede, e parece agora que está fazendo isso com os servidores. Desculpe, mas é uma decepção muito grande, é uma decepção muito grande. Quantos votaram no Melo esperando que ele fosse, de fato, um homem de diálogo, mas, de fato, não tem mostrado isso. Fazer reuniões, ouvir e depois o quê? Encerrou? Não é exatamente dialogar.

Então, voltando ao que eu estava falando antes. A necessidade das regras de transição, a definição das idades têm que estar na Lei Orgânica. Para terminar, já que estão usando exemplos de outras capitais, fica aqui a sugestão, vamos usar o exemplo de Salvador, onde o prefeito era do DEM, que é do vice do Melo, e teve uma reforma da Previdência muito melhor do que a proposta que a gente está tentando trabalhar com o governo. Basicamente é isso, desculpe se eu fui um pouquinho além do aceitável, mas eu acho que precisava ser dito, porque, de fato, não só o Simpa está tendo dificuldade como aquelas entidades que desde o princípio se mostraram abertas ao diálogo, a conversar também estão tendo dificuldades, os vereadores que estão querendo nos ajudar também estão enfrentando dificuldades, o governo, de fato, está com punho de ferro, com mão pesada em cima e a coisa não está fácil. Obrigado a todos, boa noite.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Jerri. O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Queridos cidadãos e cidadãs de Porto Alegre, eu assisti a fala do governo e fiquei abismado; abismado porque não corresponde à realidade. Lembro que o Marchezan volta e meia dizia: “Está mal de finanças, tem que arrochar, tem que arrochar”, e arrochou; arrochou e destruiu o poder de compra dos servidores públicos de Porto Alegre, tirou direitos previdenciários sem necessidade, não ouviu o Conselho Administrativo – CAD do Previmpa. Eu já dei sugestões aqui na Câmara de Vereadores de que não é hora de atacar quem mais constrói esta cidade, é hora de montar uma equipe, prefeito Melo, e buscar recursos em Brasília. Lembro-me que antes da eleição o senhor foi para Brasília para buscar alianças e construir sua chapa. Voltou de lá com o vice Ricardo Gomes. Por que o governo não vai a Brasília agora buscar recursos financeiros para construir uma cidade para frente? Não, não é assim que se constrói um município, não é dizendo que diálogo é ouvir: ouve, ouve e ignora? Aí não dá para dizer que é diálogo! Já recebemos aqui a secretária de educação que veio dizer que estava dialogando e impôs a volta às aulas de maneira presencial, mas foi engolida pela pandemia, teve que se esconder, está escondida, porque não quis dialogar. Os servidores diziam: “Não tem condições de abrir as escolas, não tem condições”. Foi lá o sindicato, entrou na justiça e teve que um juiz dizer que não tinha condições porque ela não quis ouvir, não quis dialogar. Eu ouvi os dois Rodrigues, os dois secretários dizendo que tem déficit, eu queria entender que matemática é essa que dá déficit, não existe déficit no Previmpa, não existe, vamos soletrar? Não existe déficit no Previmpa, porque é bem gerido, muito obrigado, porque é gerido também por servidores públicos exemplares. Aí eu fico perguntando: quanto custam os secretários novos que foram criados na reforma administrativa, quanto custam os CCs? Saiu toda turma dos CCs do Marchezan, do PSDB, e entrou toda turma dos CCs do novo governo; quanto custam para os cofres públicos, o que estão fazendo? A filha do Bibo Nunes ganhou uma boquinha de secretária adjunta. Aí é fácil ir para rádio, televisão. A minha mãe diz sempre assim: “Uma mentira, Jonas, dita 500 vezes, vira uma verdade, toma cuidado com isso”. E o que eu estou vendo? As pessoas dizerem, todo dia, por parte do

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

governo, que tem um déficit no Previmpa; daqui a pouco vai virar uma verdade, daqui a pouco o cidadão vai achar mesmo que tem que arrochar servidor, continuar arrochando servidor, tirando direitos para poder ter capina na cidade. E aí faço uma metáfora, peço que o governo ouça bem. O governo diz assim: “Se eu não mexer na previdência, eu não vou conseguir fazer capina; se eu não mexer na previdência, eu não vou conseguir fazer pré-escola; se eu não mexer na previdência, eu não vou conseguir levar água para todo mundo”. É como se fosse assim: eu vou na casa de alguém, pego um sofá; vou na casa de outro, pego uma televisão; vou na casa do outro, pego uma geladeira, e vou montando o meu enxoval com o dinheiro alheio. Vou pegar o dinheiro da previdência para fazer coisas que a boa gestão tem que fazer, não é o bolso do servidor do Município que tem que fazer. Já estão com arrocho de 20% e agora vão dar dinheiro para o governo cumprir as suas promessas de campanha! Monte um gabinete para captar recursos dos ministérios. O prefeito Valdeci Oliveira, de Santa Maria, há 10, 15 anos montou uma secretaria especial e aumentou em 40% as receitas do município de Santa Maria, do PT, porque ia buscar recursos nos ministérios. Faça isso, não busque recursos de quem já não tem dinheiro, quem está vacinando o povo nos postos de saúde, quem está ajudando a juntar o lixo, se contaminando, os garis, quem está nas escolas agora, que tem dezenas e dezenas de escolas com pessoas contaminadas, porque, o que aconteceu? Estão dando plantão porque o governo quis. Querem arrochar e atacar de novo esses servidores? Eu pergunto: por que não faz *lockdown*? Quanto vai custar o abre e fecha paliativo que estão fazendo? Façam um *lockdown* decente e aí o comércio se restabelece e o Município começa a recolher imposto. Claro que se o Município não vai recolher imposto, porque estão fazendo um arremedo de combate à Covid, não vai ter dinheiro mesmo, não vai ter dinheiro, não vai ter imposto, não vai ter cidadão para arrecadar imposto e não vai ter, daqui a pouco, servidor.

Para encerrar, Presidente Bins Ely, eu pergunto: quanto custam os milhões dos escândalos que houve na Procempa, na SMOV, na Saúde e na Carris? Porque não repatria esse dinheiro dos corruptos que passaram pelo Paço Municipal, é isso que eu pergunto. Agora querem arrochar o professor, a professora, o assistente social, o técnico do DMAE, o engenheiro, o arquiteto, pessoas que ajudam a construir esta cidade. Eu fico indignado.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

Este vereador vai lutar com todas as forças para que este projeto seja derrotado, porque a mentira não pode vencer a verdade. A verdade tem que prevalecer e nós vamos trabalhar para que o povo de Porto Alegre acesse a verdade. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Sr. Davi Pio está com a palavra.

SR. DAVI PIO: Boa noite a todos e a todas, participo desta reunião por convocação do Ver. Pedro Ruas, o qual assessoro na Câmara Municipal; venho aqui em solidariedade aos companheiros e companheiras municipais falar de uma experiência própria, particular e muito triste, que diz respeito a minha aposentadoria enquanto servidor público estadual por 41 anos, tendo atuado nos últimos 30, desses 41 anos, no Poder Judiciário em varas especializadas criminais, onde atuei como oficial escrevente por esse período. Eu tinha uma previsão de aposentadoria em agosto de 2020, quando completei 55 anos de idade, 41 anos de trabalho, de que fosse uma aposentadoria com integralidade e paridade, depois de tanta labuta. Ocorre que em dezembro de 2019 o governador Eduardo Leite teve êxito na aprovação da sua reforma no Estado, e essa lei inclusive contou com voto favorável do então deputado Sebastião Melo, hoje prefeito da nossa capital. Esta lei me impôs, faltando míseros nove meses para que eu me aposentasse, mais cinco anos de trabalho, eu teria que ir dos 55 aos 60 anos de idade, ou seja, teria que ter trabalhado 46 anos para que pudesse, então, finalmente, me aposentar com integralidade e paridade, o que eu não aceitei dadas as condições físicas e o desgaste psicológico que eu enfrentava naquele momento, vocês não têm como saber, mas eu estava à frente do cartório da 17ª Vara Criminal, que é o cartório que combate as organizações criminosas de lavagem de dinheiro – um trabalho extremamente pesado, cansativo, matéria complexa, difícil –, e depois de 41 anos nessa lida eu estava realmente precisando me aposentar. Só que eu me aposentei, meus queridos amigos e amigas, perdendo 25% dos meus proventos. Essa é a maior traição que as administrações podem impor a servidores que, como eu, a vida inteira se dedicaram pelo bom e qualificado serviço público. Trabalhar em órgão do Poder Judiciário, em vara especializada criminal, vara de família, infância e juventude ou fazenda pública é algo absolutamente desgastante, complexo e, diga-se, mal remunerado, porque os

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

escreventes são muito mal remunerados, nunca ganharam e nunca ganharão auxílio-moradia como ganham, vergonhosamente, os membros do Poder Judiciário, os membros do Ministério Público e os conselheiros dos Tribunais de Contas do nosso Estado. Dizem aos quatro cantos, as administrações, tanto do poder público municipal quanto do estadual, que o erário... (Problemas na conexão.) ...em crise, só que eles nunca metem a mão no bolso dos membros, de quem efetivamente esvazia os cofres públicos se locupletando, se autoconcedendo sejam regalias vergonhosas como no Judiciário o auxílio-moradia ou a retroatividade do vale-alimentação, que cada juiz e juíza ganhou por cinco anos – cinco anos de retroatividade de vale-alimentação! –, como se eles não tivessem almoçado naquele período.

Sou absolutamente solidário com os municipais, acho que o que está sendo proposto, meu querido prefeito Sebastião Melo, é uma medida antipática, injusta, indevida, imoral e vai ser extremamente danosa para a sua gestão, para a continuidade do seu mandato, porque o senhor vai ter, ao aprovar isso goela abaixo, como o senhor está propondo, uma revolta extraordinária no serviço público. O servidor público está sempre a favor da sociedade e como tal tem que ser respeitado e considerado. Neste momento de pandemia, que nós temos milhares de trabalhadores se expondo diariamente, à morte para salvar vidas. Isso é uma afronta, é um desrespeito, é um tapa na cara de cada homem e de cada mulher que representam o serviço público de qualidade que temos na nossa capital. Eu, em nome do gabinete do Ver. Pedro Ruas, que também, como eu, é solidário à classe dos trabalhadores, nós gostaríamos muito que houvesse a merecida retirada desse projeto, da pauta da Câmara Municipal. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Davi Pio. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente, Márcio Bins Ely; diretor Luiz Afonso; ilustre prefeito municipal; secretários presentes; vereadoras e vereadores; municipais e público que nos assiste. Eu havia feito uma inscrição, Presidente, bem no início, que tinha um caráter de Questão de Ordem, mas como não houve a preferência, eu

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

mantive a inscrição em caráter normal. Mas tem, em boa medida, o mesmo conteúdo, a minha fala, qual seja: que há um problema sério, e eu coloco isso em preliminar, bem sério, na formalidade de como são tratadas, necessariamente, as questões de cunho legal. Qual é o problema? É que esta audiência pública jamais ocupa na Mesa, eu sei, e muito menos pela interferência do prefeito, é óbvio, mas a audiência pública teve um problema de tempo. Até exatamente às 19h27minutos, vários e vários vereadores e vereadoras não tiveram acesso à audiência. Ou seja, eles perderam, seguramente, a primeira intervenção, a intervenção do Simpa, dividida em duas partes, seguramente. Talvez tenham pegado a segunda intervenção, já do prefeito e secretários. Alguns não chegaram a pegar – e aqui me baseio no depoimento da Ver.^a Karen Santos – sequer a segunda intervenção, ou seja, do prefeito e vereadores. Essa formalidade da audiência pública é essencial à votação do projeto, ainda mais um projeto dessa natureza. Nós já temos um prejuízo, é evidente, de não termos, e aí não é culpa de ninguém, de não termos a possibilidade de uma audiência pública presencial; o tema só, o assunto perde com isso, e muito. Mas nós não cumprimos a formalidade da audiência pública virtual, no horário combinado... (Problemas na conexão.) ...de conhecimento das intervenções, isso é sim um motivo de questionamento. Eu peço então e faço este requerimento à V. Exa. para que examine – não há necessidade de ser agora, sei que é um exame mais demorado - a possibilidade de uma nova audiência pública, somente isso, com a mesma convocação. Enfim, porque, de fato, esta teve esse problema sério e sim isso pode comprometer, do ponto de vista formal, a legalidade toda do processo de votação. Por outro lado, quando adentro no mérito, eu vejo o seguinte: dificilmente, dificilmente, e eu espero que nunca Porto Alegre vai viver um momento tão dramático na sua existência. No próximo dia 26 de março, e o prefeito Sebastião Melo sabe bem, foi vereador, Presidente da Câmara, conhece muito a cidade, nós temos o aniversário da cidade, 249 anos de Porto Alegre - no ano que vem serão 250 anos, portanto. E nunca se viveu, e espero que não se viva um momento tão triste, tão trágico, tão brutal. As pessoas perderam o direito de adoecer, e não apenas da Covid-19, porque se adoecerem de qualquer outra doença também não terão o acesso aos hospitais, à medicina, à cura, porque não há leitos, não há possibilidade de internação em UTI. Eu digo isso que todos sabem, para chegar ao seguinte: esta é a prioridade! Combater a pandemia e achar as

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

soluções para a nossa cidade é a única prioridade, não há outra! Na visão de Hemingway, durante as grandes crises, catástrofes, como nas guerras, nós temos que ter um comportamento, pessoas responsáveis, como se fosse um mundo ideal, e numa situação como essa, no mundo ideal, viria um projeto, até em relação aos municipais, para que eles pudessem auxiliar com cestas básicas, com álcool gel, com máscaras, as pessoas que não têm condições de fazer isso, de comprar a sua máscara, o seu álcool e manter a sua própria alimentação. Eu tenho certeza que, fora um projeto de lei, que o prefeito e o secretariado reúnem conosco e com os servidores, eu tenho absoluta convicção e nunca conversei com nenhum sobre isso, de que todos, proporcionalmente, à sua renda, ajudariam as pessoas que não podem, neste momento, comprar a sua alimentação e de sua família, o seu álcool gel e a sua máscara. Eu tenho certeza absoluta. E isso seria a medida adequada para este momento, e depois, um debate sobre a reforma da Previdência, sim, se o prefeito achar necessário, teríamos em algum momento esse debate. Mas neste momento? Este é o momento de enfrentar a pandemia, este é o momento de salvar vidas, de solidariedade, de humanidade. Nós teremos que fazer isso. E ninguém nos acuse – eu sou líder da oposição na Câmara Municipal, com muito orgulho – e ninguém nos acuse de não querer colaborar ou estar contra porque é um projeto do governo. Não. Quando o governo encaminhou um projeto pedindo, praticamente, um cheque em branco, que nós demos em confiança, para compra das vacinas, liberação total para a compra de vacinas, a votação foi unânime! A oposição defendeu o projeto na Câmara Municipal, um projeto do prefeito, votado em caráter de urgência, para que ele tivesse carta branca, um cheque em branco, absoluta confiança nossa para fazer; votamos; V. Exa., Presidente Márcio, presidiu a sessão. Então, nós temos boa vontade sim; essa é uma questão diferente.

Então eu concluo dizendo seguinte: reitero a Questão de Ordem colocada no início, ou seja, aquela preliminar de que façamos uma nova audiência, porque esta, por problemas que não estão ao nosso alcance, não cumpriu os seus objetivos em termos de tempo, no horário marcado e no acesso que pessoas não puderam ter inclusive os vereadores, representantes do povo de Porto Alegre. E outro ponto, a sensibilidade do prefeito, no sentido de que nós tenhamos outras medidas e estamos abertos a trabalhar juntos no combate à pandemia. E não é só um pedido, isso é uma exigência, nós temos que combater

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

a pandemia de braços dados, comprando vacinas, promovendo o isolamento social e promovendo também a segurança alimentar dos munícipes de Porto Alegre. Feitas essas ponderações, esses pedidos, esse apelo, na verdade, eu agradeço ao Presidente, Márcio Bins Ely, e agradeço a atenção do prefeito, dos vereadores e dos municipais. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PTB): Obrigado, Ver. Pedro Ruas. O Sr. Maricato está com a palavra.

SR. MARICATO: Bom dia, senhoras e senhores, eu gostaria de começar a minha fala saudando a população de Porto Alegre que tem que estar presente nestas audiências públicas, saudar as servidoras e os servidores aqui presentes, o Presidente, Márcio Bins Ely, o prefeito Melo, e os sindicatos aqui presentes. Eu não ia falar, mas decidi falar porque presenciei algumas falas aqui com as quais não concordo. Não sou funcionário da Prefeitura, e algumas falas me incomodaram muito aqui, como, por exemplo, que as pessoas não conseguiram ter acesso à sessão. Eu estava em outra reunião, cheguei aqui às 19h20min e às 19h23minutos já estava participando da reunião – não tive problema nenhum para ter acesso. Vamos lá. Engraçado que nenhum dos sindicatos teve dificuldade para entrar, estou vendo todos os sindicatos aí. Então, por que algumas pessoas têm dificuldade e outras não?

Foi feita uma fala aqui de buscar recursos com o governo federal. Mas vem cá, são mais de cinco mil municípios! Nós estamos vivendo um momento de pandemia, como gostam de dizer; então muitas das ações estão voltadas para a área da saúde. Eu gostaria de deixar isto claro: é muito fácil, todo mundo tem uma solução mágica para tudo, mas dinheiro não dá em árvore. É outra coisa eu gostaria de pontuar aqui: por que no regime de urgência? Eu como cidadão comum entendo que estamos vivendo momentos de urgência, então os projetos, com certeza, têm que ser encaminhados no regime de urgência. Eu acho e tenho a convicção de que o prefeito Sebastião Melo está buscando o melhor para a nossa cidade, e eu como cidadão de Porto Alegre não tenho dúvida disso. Acho que audiência pública deveria ter um limite para sindicato e uma abertura maior para todos os outros, cidadãos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

comuns; isso é importante. O regime de urgência é importante para que se consiga uma celeridade para as coisas e para que os problemas que vão se apresentar ali na frente possam ser sanados. Dentro desse contexto eu gostaria de agradecer, Presidente, a oportunidade de poder falar com vocês e ser escutado por todos e vou permanecer aqui porque eu acho que todos que estão nesta audiência pública também merecem ser escutados. Boa noite a todos. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa noite, Presidente; todos os presentes. Eu ouvi atentamente, até o momento, mas preciso fazer algumas pontuações aqui. A bancada do PSDB com seus quatro vereadores vem discutindo ponto a ponto o projeto da reforma da Previdência, algumas pessoas enviaram mensagens, achando que o PSDB iria fazer uma prática comum, infelizmente, no Brasil, de ser contra por ser contra, por questões de termos disputado, nas últimas duas eleições, a Prefeitura Municipal. O PSDB tem muita coerência, vai continuar mantendo a sua coerência, e nós apoiamos em 2019 a reforma da Previdência, em 2020 também, e vamos manter a nossa coerência. Foi importante a reforma da Previdência no Brasil, muito importante, inclusive para poder quitar as folhas de pagamento do governo estadual, que fosse feita a discussão que é importante e o enfrentamento desse tema no Estado do Rio Grande do Sul. Mas eu quero fazer rapidamente aqui algumas observações. Primeiro quero deixar claro que a audiência pública, se fosse feita na Câmara de Vereadores, nós também teríamos um limite, Presidente, de lotação das nossas galerias. Então, é normal que se tenha uma lotação máxima de participação em grandes reuniões. Eu estive durante alguns minutos aguardando como qualquer pessoa poderia aguardar numa fila numa audiência pública. Entrei, eu mesmo acabei desligando e retornando, entrei duas vezes, não tive problema de conexão, não fui impedido de participar e estar aqui. Quero fazer um registro muito claro para que a gente deixe claro que não é assim: “Ah, mas tem um limitador e não podia ter”. Se as audiências públicas se mantivessem lá na Câmara, nós também teríamos um

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

limitador. Quero deixar claro também aqui para o Ver. Jonas, que falou sobre mentiras serem repetidas muitas vezes. Eu tenho certeza que o senhor entende muito bem disso, Ver. Jonas. O senhor acusou levemente diretores de governo, secretários, levemente, mas não deu continuidade a nenhuma denúncia e sequer se manifestou seriamente sobre as coisas. Alto lá! Vamos ter respeito! Eu respeito muito bem os sindicatos, a luta dos servidores através dos seus sindicatos, que têm as suas participações político-partidárias, isso é legal, isso é democrático, mas quero deixar muito clara a necessidade de se fazer reforma sim. Espero que este governo mantenha a coerência, como vejo nesta pauta como em outras também. Quero deixar muito claro que estamos também aguardando a pauta sobre a questão da Procempa. É muito bom falar levemente sobre casos de corrupção, deixando no ar, como o Ver. Jonas fez, não dando nome aos bois ou não fazendo acusações formais, e quero deixar claro que nós estamos atentos também. A gente quer enfrentar a questão da quebra do monopólio. Então, para encerrar, Presidente, quero deixar muito claro que o PSDB, que sempre foi a favor nem do estado mínimo, nem do estado máximo, mas sim do estado necessário, votará, sim, a favor da reforma da Previdência, porque nós temos noção clara, vendo a necessidade, inclusive, respeitando os servidores do quadro que fazem esse debate não é só de agora. Eu ouvi algumas pessoas dizendo: “Ah, mas é pouco tempo, o atual governo, só há dois meses...”. Não, a gente está discutindo a reforma da Previdência há mais de ano. Então, os vereadores que estavam na legislatura anterior tiveram chance de apreciar o programa da reforma da Previdência. Nós vamos manter a coerência de enfrentar essa pauta. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Moisés Barboza. A Sra. Elaine Silveira está com a palavra.

SRA. ELAINE ROSNER SILVEIRA: Boa noite. Eu queria começar colocando que não somos nós que decidimos se o Conselho de Administração do Previmpa é um órgão deliberativo ou só consultivo; isso está na lei. É um órgão superior de deliberação do Previmpa, conforme a Lei Complementar nº 478/2002 e a lei federal também, o art. 194 da Constituição Federal e o artigo da Lei nº 9.717 de 1998. Então, o Conselho de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

Administração do Previmpa, do qual faço parte, no uso das suas atribuições legais, colocou para o Executivo a necessidade de apresentar dados técnicos e atuariais que justificassem essa reforma da Previdência. Solicitou estudos e análises sobre o aumento das idades, impacto das alterações no plano de custeio vigente, esses dados técnicos atuariais não foram apresentados. Solicitou auditoria... (Problemas na conexão.) ...com a necessidade de uma auditoria externa para apresentar análise atuarial do Previmpa, não foi feita essa auditoria externa. A necessidade de um recadastramento, o último recadastramento feito no Previmpa foi em 2015, há seis anos. Nós precisamos saber quantos aposentados ainda tem nos dois regimes de previdência do Previmpa, quantos já morreram, quantos pensionistas ainda tem, quantos já não têm mais direito a receber pensão, deixaram de receber pensão. Enfim, quantos funcionários da ativa têm previsão de se aposentarem. Então, para tudo isso precisa ser feito recadastramento atualizado que então apresente dados sobre a situação atual do órgão de previdência municipal para que a gente tenha elementos para analisar se são necessárias uma reforma e uma modificação de regras da nossa previdência ou não. Também foi solicitado um relatório atuarial com data de 31 de dezembro, porque a Portaria Interministerial nº 464/2018 coloca isto, que é preciso um relatório atuarial atualizado. Não basta um relatório de um ano atrás ou alguns meses, precisa ser do final do ano para justificar a mudança no ano seguinte. A gente ouve muitos representantes do governo falando que fizeram uma cópia, um “copia e cola” da reforma da Previdência dos funcionários federais... (Problemas na conexão.) ...para a previdência dos funcionários do Município. A gente entende que não é assim que se faz uma reforma da Previdência, simplesmente copiando a reforma de um outro órgão de previdência dos funcionários federais que tem uma outra realidade e não analisando a situação atual da nossa previdência do nosso órgão do Previmpa. Então, somente 10% dos mais de 2 mil municípios no Brasil fizeram reforma da Previdência até agora. E das capitais, a única que fez a reforma da Previdência foi Salvador, inclusive uma semelhante à reforma federal. As outras nove capitais aprovaram apenas a mudança de alíquota, que Porto Alegre já fez a mudança do valor da alíquota. Eram 11% e passou para 14%. Então, apenas uma capital no Brasil fez a reforma da Previdência e Porto Alegre não justificou ainda, não mostrou os dados técnicos atuariais que justifiquem essa reforma. A gente fica bastante apreensivo

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

com essa reforma, com esse pedido de urgência na tramitação, de não ter passado pelo órgão, que por lei é obrigatório passar antes de o projeto ir para a Câmara. No momento em que o prefeito faz uma retificação, ele modificou o projeto de reforma do prefeito anterior; então, precisaria ter passado novamente pelo Conselho de Administração do Previmpa. Então, está bem claro que o governo quer retirar dinheiro da previdência para fazer obras durante a sua gestão. Acho que foram dadas várias ideias para aumentar a receita da Prefeitura, principalmente cobrar os IPTUs de devedores milionários na cidade, a gente sabe que tem sonegadores milionários de IPTU na cidade, acho que aí é uma fonte de renda bem grande para a Prefeitura. A gente fica muito apreensivo de ver, porque os funcionários hoje estão dando a vida lá na ponta, não é só na emergência, no pronto atendimento. Nos postos de saúde, estão vacinando, fazendo testagem; na assistência social, estão atendendo diretamente a população de baixa renda de pior poder socioeconômico da cidade. Então, eles estão aí adoecendo, se contaminando, contaminando os seus familiares e, neste momento, sem nenhuma discussão, a gente vê o Executivo propondo uma reforma sem apresentar os dados técnicos. A gente fica bem apreensivo com tudo isso. Termina aqui a minha fala. Muito obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. A Ver.^a Bruna está com a palavra.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa noite a todos e todas... (Problemas na conexão.) ...Posso ficar para a próxima inscrição para tentar reconectar aqui, Presidente?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Pode sim. Muito obrigado. O Sr. Tiago Kidricki, representante da OAB, está com a palavra.

SR. TIAGO KIDRICKI: Muito boa noite, Sr. Prefeito, Srs. Vereadores, eu quero agradecer o convite em nome do nosso presidente Ricardo Breier, de estar participando desta audiência pública importante sobre a nossa previdência municipal. Eu registro que a OAB

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

do Estado do Rio Grande do Sul participou ativamente do processo de reforma da Previdência nacional inclusive com emendas e com este papel apartidário, fiscalizador do processo legislativo, sempre visando o bem da cidadania e também o interesse público. Eu peço desculpas por ter ingressado somente neste momento na reunião, porém não consegui ter acesso antes, nós estávamos com o acesso limitado. Quero colocar a OAB do Estado do Rio Grande do Sul à disposição tanto dos servidores, quanto da Prefeitura, quanto dos vereadores para auxiliar na mediação desse processo de reforma da Previdência. Como eu disse, a OAB gaúcha não tem partido e não entra no debate político-partidário, mas tem a preocupação do zelo, da pessoa humana, da cidadania e, na questão previdenciária, deste pacto intergeracional. A despesa com a previdência não é simplesmente uma despesa, ela vem de contribuições feitas por servidores, por assegurados, no caso do INSS, por longos anos. Então, este diálogo, e parabeno pela audiência pública, é muito importante. Nós, também quero registrar, temos um grupo específico de trabalho na OAB, com especialistas na matéria dos regimes próprios de previdência, e coloco à disposição para outras oportunidades em que vocês queiram ouvir especialistas na matéria. São professores, doutores em regimes próprios, com formação no Brasil e no exterior. Eu acho que a OAB pode contribuir para esse debate, para esse diálogo. Nós recebemos também um material, um resumo. Infelizmente, Sr. Prefeito, Srs. Vereadores, não conseguimos assistir à apresentação de Vossas Excelências. Recebemos um material resumido sobre a questão atuarial do Município de Porto Alegre. Temos, sim, a preocupação com as contas da Procempa, porque, na reforma da Previdência, a Emenda Constitucional nº 103, também há uma possibilidade inclusive de os municípios extinguirem os seus regimes próprios, o que é um motivo de preocupação de todos os servidores e de todos aqueles que desejam uma autonomia municipal como nós. Então, eu faço esse registro de nossa presença, do nosso auxílio, da possibilidade e da vontade que temos de auxiliar de forma jurídica, sem a partidarização, por parte da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado do Rio Grande do Sul, como é a nossa tradição. Infelizmente, neste resumo, não conseguimos visualizar os cálculos atuariais. Nós temos uma comissão específica para isso, não conseguimos avaliar em tempo, porque recebemos hoje, mas nos colocamos à disposição para o seguimento deste debate, de todos os atores e de uma

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

forma a que essa reforma da Previdência municipal seja justa, solidária e, acima de tudo, que respeite os valores da nossa Constituição Federal. Obrigado a todos, obrigado, vereadores, pelo convite, obrigado pela possibilidade da advocacia gaúcha se fazer presente na data de hoje. Boa noite.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Dr. Tiago. Transmita um fraterno abraço ao presidente Breier e ao presidente Lamachia.

A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa noite a todos e todas, eu queria iniciar falando da nossa dificuldade em acessar essa audiência pública, uma audiência que trata de um tema importante para a cidade. Eu, consegui ingressar às 18h50, tentando inúmeras vezes, há uma série de colegas também tentando, inclusive está registrado no grupo de vereadores, então é importante esse registro para que a gente também pense que uma série de pessoas que queriam adentrar nessa audiência e também não tiveram oportunidade.

Queria, aqui, saudar a Prefeitura de Porto Alegre, o Presidente desta Casa, os meus colegas, bem como fazer uma saudação especial aos trabalhadores e trabalhadoras que, em meio a essa pandemia, em meio a esse momento tão triste para a nossa cidade, ainda tem que enfrentar um tema que fala sobre a sua vida. Como se já não estivessem colocando a sua vida à disposição do povo de Porto Alegre, estão aqui, novamente, precisando discutir a sua vida num momento tão difícil e tão caro à cidade. Eu confesso que esta semana foi uma semana intensa, no sentido de fazer com que a Prefeitura de Porto Alegre se sensibilizasse, no sentido de recuar com os prazos, com a retirada do regime de urgência. Espero que, a partir desta audiência, o prefeito se sensibilize, porque é inadmissível que nós estejamos aqui, quase 300 pessoas numa sala virtual, debatendo a previdência, quando inúmeras pessoas morrem na nossa cidade, quando inúmeras pessoas estão com dificuldades de acessar as nossas emergências. As testagens levam dias para sair, há pessoas passando fome nas nossas comunidades (Problemas na conexão.) ...e a gente está aqui falando sobre algo que tranquilamente... Em uma das conversas, nós fizemos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

uma ótima reunião - quero registrar aqui, prefeito, que nós tivemos uma ótima reunião na CEFOR - e nenhum dos trabalhadores se negou a discutir o projeto, muito pelo contrário, eles se colocaram à disposição para debater com exaustão esse tema. Quero registrar aqui que a marca desse projeto é um projeto marcado pelo autoritarismo, pela falta de diálogo, por um projeto que não foi construído com as trabalhadoras e trabalhadores e que, inclusive, colocou do lado de fora quem está no corpo central do projeto.

Também quero dizer que a bancada do PCdoB na Câmara de Vereadores tem trabalhado intensamente para que a gente centre os nossos esforços, os esforços da Câmara de Vereadores no combate à pandemia da Covid-19. Nós sabemos que os próximos dias também serão dias difíceis, também serão dias intensos e é inadmissível que quem pague a conta da crise é quem mais está colocando a sua vida à disposição para combater essa pandemia que assola o mundo inteiro e que, infelizmente, aqui em Porto Alegre, nós tenhamos chegado nesse momento que estamos vivenciando. E é na bandeira preta, numa sessão virtual, que a gente debate um tema tão importante. Eu ainda acredito que o prefeito vá se sensibilizar. Nós não encerramos o prazo, nós ainda temos, pelo menos, enquanto houver bandeira preta em Porto Alegre, nós estamos completamente cerceados da participação presencial. Nós sabemos que a participação dos trabalhadores e trabalhadoras.... Ao contrário do que fizeram ontem, as pessoas se aglomeraram aos montes em frente ao Palácio Piratini. E nós somos contra as grandes aglomerações que fazem com que a nossa cidade não consiga sair da crise que vive. Portanto, os trabalhadores não terão direito ao acesso na Câmara de Vereadores, aos vereadores, ao olho no olho, esse contato que a gente sabe que é tão essencial nesse momento de construção da democracia.

Quero dizer, prefeito, que eu o conheço bastante, desde quando eu era a presidenta da UAMPA, e fico muito triste quando tu falas dos conselhos deliberativos, porque esses conselhos, por serem deliberativos, é que garantem a participação social. Nós somos contrários a essa posição e seremos contrários a esse projeto se, por via das dúvidas, ele vier à Câmara de Vereadores. Nós, na terça-feira, debatemos intensamente esse projeto e tiramos um indicativo, inclusive, da CEFOR-Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul, no sentido da retirada do regime de urgência desse projeto. Nós

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

entendemos que há tempo - após bandeira preta, após esse momento difícil em que a cidade vive – para nos debruçarmos e construirmos coletivamente. Nós já tivemos essa experiência, prefeito, aqui, com o Marchezan, quando cerceou a participação dos estudantes do projeto das confecções de carteira. O prefeito vetou o projeto e chamou as entidades para construir. Nós ainda acreditamos que... O pressuposto do diálogo é a construção do diálogo; o diálogo não é apresentação de um projeto já definido, o diálogo pressupõe construção, assim como o recuo, o avanço, de ambos os lados. Nós sabemos que tem uma parcela do sistema previdenciário que é deficitária, mas também nós sabemos que o Previmpa, essa modalidade, não tem déficit, muito pelo contrário. Então, nós não podemos onerar quem trabalhou (Problemas na conexão.) ...para ter um plano de ação. É como se nós entrássemos no jogo, prefeito, jogando com uma regra, e nós saíssemos do jogo, ou no meio do jogo, se mudassem as regras. Eu ainda acredito que há tempo de retirar o pedido de urgência para que a gente construa um projeto. Ambos os lados sabem que vão precisar recuar e nós estamos aqui na condição de mediadores. Eu ainda acredito no papel das audiências públicas, eu ainda acredito nos conselhos deliberativos...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereadora. Agradeço a sua contribuição.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Então, para encaminhar, prefeito, nos dediquemos a comprar vacina...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não, encerrou seu tempo, vereadora. A gente agradece a contribuição da vereadora para o debate. Muito obrigado.

O professor Marcelo Bastos está com a palavra. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretoria Legislativa): Temos uma conexão em nome de Marcelo, mas não está respondendo, Presidente. Quem sabe, passamos para o próximo.

O Sr. Adelto Rohr está com a palavra.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

SR. ADELTO ROHR: Eu havia me inscrito e eu quero, inicialmente, trazer uma informação. Eu cheguei às 19h15min do trabalho, não consegui entrar na sala e entrei próximo das 19h40min, havia me inscrito e, como não estava inscrito, abriu novamente a inscrição e acabei me inscrevendo.

Mas eu queria pontuar algumas coisas do que não foi tratado aqui. Então, eu vou iniciar para dizer o que ocorreu de alteração na Lei nº 478, que é a nossa lei da previdência. Em 2009, a Câmara de Vereadores aprovou uma alteração da reforma da Previdência, que retirou a autonomia do conselho de administração para eleger o diretor previdenciário e o diretor administrativo financeiro; em 2017, foi alterada a alíquota da previdência; e, em 2018, foi aprovada a previdência complementar. Diferente de 2010, 2017 e 2018, novamente, agora, está chegando, na Câmara de Vereadores, uma justificativa de PowerPoint para dizer que a previdência é um problema para a cidade. Ou seja, uma informação falsa cria uma falsa necessidade de alteração na previdência. E essa é a discussão. E aí eu vou discordar do diretor João Ezequiel, do Simpa. João Ezequiel, a comparação com o INSS vale. Por que nós estamos fazendo, hoje, a discussão da reforma da Previdência dos servidores públicos? Pelo mesmo motivo que justificaram a reforma da Previdência lá no INSS, é por conta da falta de recursos para gerir a previdência. Por que está sendo feita essa discussão? Essa é a pergunta. O dinheiro do INSS, que era da previdência, foi desviado para outras finalidades. Ou seja, era um dinheiro carimbado, previdência é uma poupança, para pagar a previdência, e foi utilizado para outras finalidades. Voltou ao caixa público, sem o carimbo de previdência, e, em algum momento, falta. Mas falta? Pela CPI da previdência, não falta, por quê? Porque grandes empresários sonegam mais de R\$ 500 bilhões, ou meio trilhão, e aí falta para a previdência. Há necessidade? A CPI da previdência disse que não. Quando a Prefeitura apresenta o PowerPoint da Prefeitura, nós temos que retomar por que a discussão do déficit do regime de repartição simples. A Prefeitura não fez a poupança para pagar a previdência dos servidores. Por que ela não fez? Porque, naquele momento, a Prefeitura optou por usar o dinheiro que era para ser poupado para pagar a previdência. E era pouco, porque tinha poucos servidores aposentados, mas ela usava esse dinheiro para fazer obras da cidade.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

Ora, em algum momento, vai aumentar o número de servidores para se aposentar e vai faltar dinheiro. Então, essa discussão quer saber. E, aí, quando o prefeito apresenta o PowerPoint, ele traz as informações pela metade e sonega, da população, os dados que são reais. Quando ele faz o comparativo, é de uma falsidade, prefeito, com todo o respeito, é de uma falsidade o senhor fazer os comparativos que o senhor apresentou no PowerPoint, pouca vergonha isso, prefeito. Eu me sinto muito incomodado como servidor público. A reforma que está vindo agora, ela está vindo para aumentar o tempo de trabalho dos servidores públicos. Quando se faz a discussão no Congresso Nacional, que faz a alteração da reforma da Previdência, ou na Câmara de Vereadores, todo mundo diz: “Bom, mas vai trabalhar só cinco anos a mais, é importante”. Trabalhar cinco anos a mais para um vereador fazer discurso no púlpito da Câmara, tranquilo. Mas eu quero ver um médico, um enfermeiro, um técnico de enfermagem, os trabalhadores da limpeza dos hospitais e dos locais de saúde que fazem atendimento hoje doando a sua vida, trabalhando dobrado. Vão trabalhar cinco anos a mais para se aposentar. Essa é a discussão. O servidor do DMAE que cava buraco na chuva, no sol, ele tem que trabalhar cinco anos a mais no serviço público, para que tenha dinheiro para que a cidade possa fazer obras. No INSS, o trabalhador com 50 anos, para fazer esse trabalho, é descartado pelas empresas privadas. Ele vai para o subemprego, pagando, às suas expensas, a previdência, para se aposentar com uma miséria. Ele vai trabalhar, muitas vezes, até morrer, porque não tem recurso da previdência, mas grandes empresas sonegam, essa é a discussão real da previdência. Prefeito, previdência é uma discussão de gerações. Previdência não se discute em regime de fluxo de caixa, prefeito, o senhor tem que aprender isso. Por que nós estamos discutindo fluxo de caixa hoje? Porque a Prefeitura optou por pagar a previdência com fluxo de caixa. O regime do Previmpa é superavitário, prova de que não precisa de mais recursos. O que nós temos que equacionar é o recurso do regime de caixa lá em algum momento, e ser discutido com toda a cidade, apresentados todos os números para esta discussão. O que nós não podemos aceitar é o desvio de finalidade.

Eu queria falar um pouco também sobre o projeto da previdência complementar. Eu disse, numa reunião da CEFOR, em 2018 e em 2019, foram duas que eu fui, que era um fundo falido aprovado pela Câmara de Vereadores, e eu ia responsabilizar, por meio do Simpa,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

os vereadores, porque eles estavam criando um fundo que ia nascer falido, pois poucos servidores de nível superior do Município, ingressando na Prefeitura, teriam salários acima do teto do regime geral para contribuir para a previdência complementar. Com a reforma do PL nº 002, que acabou com a carreira dos servidores públicos, menos servidores ainda vão conseguir, na época da sua aposentadoria, ultrapassar o teto do regime geral, para participarem da previdência complementar. Essa é a discussão. Nenhum projeto desses que eu falei, o da alíquota da previdência complementar, chegou na Câmara completo, só com a exposição de motivos do prefeito. O projeto e o estudo completo para justificar isso, eles estão em processo SEI de acesso restrito, ou seja, escondidos dos servidores, e somente é acessado pelos servidores do Previmpa, quem é conselheiro do Conselho de Administração, para a gente buscar. Esses dados, junto com os cálculos atuariais, com avaliação atuarial e com a nota técnica que o Previmpa anexou nesses processos, eles deviam chegar para os vereadores, para que houvesse capacidade de os vereadores fazerem uma análise técnica precisa, para contrapor os dados do governo. É isso que nós queremos, e aí eu pactuo com a solicitação do Ver. Pedro Ruas. O Ver. Pedro Ruas fez uma solicitação de uma nova audiência pública, e eu sugiro que seja feito isso, vereador, requerendo que o prefeito traga, ou leve para a Câmara, ou para a nova audiência, os dados todos abertos, para que a gente possa ter garantia de qualidade nessa discussão, sob pena disso, não é diálogo, prefeito.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Adelto. A Ver.^a Laura Sito está com a palavra.

VEREADORA LAUTA SITO (PT): Boa noite; boa noite, Presidente, boa noite, prefeito, colegas vereadores, principalmente boa noite a todos os trabalhadores e trabalhadoras que acompanham esta discussão. Queria primeiramente dizer ao prefeito, ele fez uma analogia no final da sua fala, que o direito não é uma ciência exata, mas também o direito não é uma ciência do relativismo. Portanto, não se pode confundir aquilo que se quer com o que é. E o CAD, ele é deliberativo. É preciso a gente registrar a gravidade que é tramitar esta discussão com regime de urgência frente aos limites que vivemos. Toda a nossa

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

dificuldade, inclusive, desta audiência pública, com a limitação do acesso, com a condição das pessoas poderem se inscrever aqui, para disputar as falas, é uma demonstração dos limites que estão postos pelo momento que vivemos. Nós temos uma sala cheia com 300 pessoas, e mais de 350 pessoas assistindo pelo YouTube. Isso demonstra a importância do debate que nós estamos fazendo e o quanto é importante que nós tenhamos espaços amplos de discussão. Infelizmente, tocar, levar a toque de caixa um debate delicado como este não permite a qualidade e a democracia do debate. É grave, porque nós estamos em meio a uma pandemia. Um governo que se diz afeito ao diálogo não pode permitir que uma reforma da Previdência ocorra com a capacidade de diálogo tão reduzida. Nós estamos falando, eu sou servidora do Município de Porto Alegre, de algo que vai impactar as nossas vidas e que nós temos que reduzir o debate a 45 dias dentro de um cenário de pandemia, de um cenário em que os servidores, os sindicalistas não podem ir até a Câmara para conversar individualmente com cada vereador e vereadora, em que a capacidade de interlocução, inclusive, é limitada, tendo em vista que, desses 45 dias, nós vamos passar metade desse tempo em bandeira preta, quando a condição de locomoção é limitada e a própria condição de existência é limitada. Nós estamos falando de um cenário em que nós temos hospitais e UPAs superlotados, um colapso do nosso sistema de saúde, em que nós temos profissionais diretamente atingidos pela reforma da Previdência que estão na linha de frente, na resistência ao vírus, portanto, não têm nenhuma condição nem psicológica nem física de conseguir participar ativamente dessa discussão, que tange sobre as suas próprias vidas. A urgência deste projeto, ela é incompatível com os desafios que nós temos no momento e prejudica o debate, prejudica a democracia. Os esforços do governo e da Casa, da nossa Câmara de Vereadores, deveriam se voltar, como já defendi em todas as nossas últimas reuniões e sessões plenárias, inteiramente ao enfrentamento da pandemia, até porque nenhuma reforma tem efeitos imediatos sobre o caixa, e nós temos muitos problemas imediatos a tratar. Nós não podemos tratar como a gente ouviu numa reunião ministerial no ano passado que se devia aproveitar o caos da pandemia para passar a boiada. É inadmissível que qualquer tom desse jeito permeie a intencionalidade do debate posto. É por isso que nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, questionamos esta audiência no momento que nós vivemos, a urgência também é grave. Por isso que, no dia

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

10 de fevereiro, nós, do PT, realizamos um pedido de providências solicitando o obrigatório parecer do CAD do Previmpa sobre a Mensagem Retificativa que o governo pretende votar. Nós não tivemos acesso ao parecer, o tempo de urgência não pode correr enquanto nós não temos nem todas as informações postas. Por isso a nossa bancada também protocolou um requerimento pedindo a retirada do pedido de urgência, também sustentamos isso na reunião com o prefeito. Nós não recebemos o parecer do CAD, nem nós nem nenhum dos vereadores, e o trâmite, o prazo, ele está correndo normalmente. Nós pedimos uma sensibilização dos nossos colegas vereadores, uma sensibilização do governo para considerarem esse nosso requerimento, tendo uma sensibilidade com o debate que fica colocado. No mérito do debate, eu queria dizer para vocês que o que me preocupa é nós darmos um cheque em branco para o governo. É preciso nós debatermos em conjunto a proposta que está colocada. Na proposta de alteração à Lei Orgânica, não está definido qual o regime de transição, não está definido o cálculo de aposentadoria. Os servidores, como eu, que sou servidora do Município, precisam de transparência e segurança jurídica para poder fazer um debate, não um debate feito a toque de caixa.

Por fim, é preciso que todos reconheçam a sucessiva penalização dos servidores públicos, que sofremos há muitos anos com a perda de direitos. Nós não recebemos reajuste, nós tivemos o aumento das alíquotas, inclusive já houve reformas do governo Marchezan criando a previdência complementar. As recentes mudanças que houve sequer foram regulamentadas. Esse reconhecimento, ele é fundamental para a cidade. Nós queremos uma cidade ativa, moderna, que qualifique o seu serviço público, para oferecer qualidade à população. Mas nada disso é possível sem diálogo, sem respeito e sem condições aos servidores públicos da cidade, que são fundamentais para um desenvolvimento pleno e igualitário do nosso Município de Porto Alegre. O que nós estamos debatendo aqui, para concluir, Presidente, nesta audiência pública, é se nós vamos fazer o debate com democracia, ou sem democracia. Nós estamos no terceiro mês do governo Melo, é impossível que este governo não tenha a intenção de ouvir, de debater de verdade com a categoria e com a cidade uma mudança tão importante como uma reforma da Previdência.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereadora. A Ver.^a Comandante Nádía está com a palavra.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Muito obrigada, Presidente Márcio Bins Ely, quero cumprimentar também o prefeito Melo, o vice-prefeito Ricardo Gomes, os colegas vereadores, os sindicatos, as associações e aqueles que nos acompanham pelo YouTube. Quero dizer que esta audiência pública é extremamente aberta a todos. Dialogar, o que tem feito o governo Melo e Ricardo Gomes, é o que tem mais acontecido. Dialogar não significa concordar, mas significa receber informações, questionamentos, respondê-los e conversar a respeito. E o que eu tenho visto é este governo municipal fazer isso com vários sindicatos e associações que hoje aqui estão. A reforma da Previdência por certo que divide a opinião de muita gente, mas, infelizmente, muitas pessoas são contra a reforma sem ao menos entender por que a mudança do sistema previdenciário é vital para a nossa cidade a médio e longo prazos, principalmente, olhem bem, para a população mais pobre. Lamentavelmente, as pessoas contrárias a essa reforma não entendem absolutamente nada de economia nem de finanças. É importante entender o conceito de previdência e de dinheiro público, ou seja, o dinheiro da sociedade. Estamos falando basicamente de mudanças na regra da idade mínima de aposentadoria e do tempo de contribuição para se aposentar. O problema, Presidente, é que o dinheiro arrecadado para contribuições não é suficiente para sustentar a gama de aposentados que existe hoje, a conta simplesmente não fecha, e parece que tem vereadores que não entendem. Se nada for feito em relação à previdência, num futuro próximo, e muito próximo, o Município não terá dinheiro para pagar os aposentados, as pessoas irão para a miséria. Basicamente, está mais difícil fechar essa conta porque os gastos com os aposentados aumentaram, uma vez que as pessoas passaram a viver mais – e que bom que vivem mais –, porém, a taxa da fertilidade diminuiu, ou seja, faltam jovens para trabalhar e pagar os salários de quem se aposentou, isso é básico, é conta. A escolha que nós temos que fazer é uma: é fazermos um sacrifício agora para manter a saúde da previdência futuramente, ou não fazemos nada e esperamos o sistema entrar em colapso, dessa forma, prejudicando os futuros trabalhadores, que poderão, ou não, se aposentar. Infelizmente, a economia não tem mágica, para que a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

Prefeitura continue a pagar os aposentados por meio das contribuições e tributos é necessário, sim, diminuir o déficit da previdência e aumentar a idade e o tempo de contribuição. A ideia é que as pessoas que se aposentam, se aposentem mais tarde, para que a conta da previdência se torne mais sustentável e garanta a continuidade do sistema para futuras gerações; caso contrário, não haverá mais dinheiro para fechar a conta e pagar aposentadorias. E por quê? Porque o dinheiro da Prefeitura, o tal dinheiro público que tanto falam, primeiro que não dá em árvore, depois, nada mais é do que arrecadado por quem trabalha, pela sociedade também como um todo, pelos empresários, por meio de tributos ou tomado via empréstimos, o qual é limitado, sabemos. Uma vez que a renda gerada pela produção de bens e serviços na sociedade também é limitada, o que se tornou muito comum, há uma dificuldade muito forte de termos uma salubridade, digamos assim, na previdência do nosso Município. Infelizmente, a gente vê que pessoas que não gostam dos empresários os chamam de corruptos; infelizmente, tem pessoas que não entendem que são os empresários que pagam os tributos, que, são, também, os trabalhadores que recolhem a sua previdência, mas essa tem ficado pouca, por quê? Se nós vemos que o Brasil já fez a sua reforma previdenciária, que o Estado fez, nós não podemos, a capital dos gaúchos, deixar de fazer. Fora isso, a Assembleia Legislativa, a Câmara Federal e o Senado estão trabalhando, não apenas na Covid, mas também em outras questões que são importantes, como é aqui, que está acontecendo nesse momento, a questão da previdência. Nós precisamos fazer com que a questão da Covid também seja olhada com os olhos da previdência. Vejam que o Brasil, e não deve ser diferente aqui no Município de Porto Alegre, gastou mais do que 55% do total que arrecadou com previdência, ou seja, de três a quatro vezes mais o que gastou com saúde, e é isso que nós precisamos fazer neste momento, fazer uma reforma previdenciária, além de outras reformas que devem vir para o Município, para que ele tenha saúde e que tenha a possibilidade de os jovens, mais adiante, poderem se aposentar também. Então, quero dizer que estamos, o Democratas está junto com o governo nesse momento, é um momento que temos, sim, que todos conversar a respeito, com muito diálogo, com muita cordialidade, sem agressividade, e dizer que o que mais o governo Sebastião Melo e Ricardo Gomes faz é conversar e dialogar. Muito obrigada, Presidente.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver.^a Comandante Nádia. A Sra. Carmen Padilha está com a palavra.

SRA. CARMEN PADILHA: Boa noite, eu queria cumprimentar os vereadores, as vereadoras, o prefeito e os meus colegas que aqui estão. Eu até nem ia falar, porque me senti muito representada na fala de colegas que explicaram com muita acuidade a questão legal e técnica da nossa previdência, mas acabei achando que deveria trazer, sim, o meu depoimento, afinal, estou há 40 anos no serviço público, me aposentei há pouco numa matrícula, na outra ainda estou naquelas aposentadorias represadas pelo Previmpa, porque até isso está complicado. E também queria falar porque eu tive oportunidade de participar, por muito tempo, de negociações com o prefeito Melo, enquanto estava na direção do Simpa, e ele sempre reivindicou o diálogo. Sempre dizia que diálogo não é concordar sempre, o que eu também concordo com ele; diálogo não é concordar, diálogo é a gente ouvir os argumentos, a favor e contra, e, a partir daí, ir construindo uma verdadeira interlocução. Agora eu quero dizer para ele também que é importante que ele esteja aqui hoje, nesta audiência pública, coisa que não é muito comum. Mas tem que estar aqui não *pro forma*, porque também eu já vi situações em que dizem que dialogam, chamam as associações, os sindicatos, participam da audiência pública, mas já está tudo dado, e aí não é diálogo. Eu queria trazer aquilo que foi dito com muita ênfase aqui: este é o momento? Esta é a prioridade da Prefeitura de Porto Alegre, quando se vive uma verdadeira tragédia humanitária, quando tem centenas de pessoas esperando um leito de UTI? Quando a gente não tem o direito de adoecer de qualquer coisa nesta cidade, e se precisar de um leito, não vai ter. Quando tem hoje milhares de desempregados, a miséria aumentando. Falam tanto na econômica deste País, que está completamente destruída, e a prioridade é mexer nos direitos, na aposentadoria de uma categoria que está lá na ponta. Quem é que executa a política? Quem é que presta assistência? Não são os trabalhadores da saúde, da assistência social, do saneamento, da educação, as educadoras e todos nós, servidores municipais? São sempre os mesmos que são chamados para pagar a conta. Nós estamos com o salário congelado, já foi dito aqui, já aumentou a nossa alíquota para 14%, por que não olham para o andar de cima? Por que não chamam os empresários, por que não

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

combatem à sonegação fiscal? É sempre a mesma história! É sempre em cima dos trabalhadores e das trabalhadoras que vem a conta. Terminaram com a nossa carreira também, esse governo que há pouco foi substituído, o Marchezan, e agora nós começamos uma nova gestão, e a primeira medida é vir para cima de nós, de novo! Prefeito, o apelo que eu faço é: pelo menos espere a pandemia, aí depois vamos conversar. Eu acho, está provado que não precisa, mas tudo bem, vamos conversar, mas nesse momento é essa sua prioridade? Não está faltando humanidade? Não é crueldade demais o que estão fazendo? E aqui não é um apelo só para o prefeito, é para os vereadores e vereadoras, que estão juntos. Será que os vereadores e as vereadoras aqui não têm nada mais importante nesse momento, nessa cidade, do que pensar algo que ajude a gente a sair dessa tragédia? Porque é uma tragédia, gente! Será que nada é mais importante do que vir para cima do nosso lombo de novo? Porque é isso! Eu já não sei quantas reformas eu peguei, mas falo aqui enquanto categoria e enquanto classe, é o apelo que faço ao prefeito e a esta Câmara, porque a Câmara vai ser cúmplice disso aí. Era isso, muito obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa noite a todos e todas, Presidente Márcio, eu entrei aqui na audiência às 21h30min, estava tentando entrar desde as 19h05min. Peguei a fala a partir do Adeldo, e me sinto realmente prejudicado aqui em fazer uma fala de mérito. Não acompanhei praticamente 2 horas e 30 minutos de reunião, vivemos um momento difícil mesmo, esses meios eletrônicos são limitados, e acabei ficando prejudicado, justamente por essa limitação na sala de reunião, que estava lotada. Então, me abstenho aqui de qualquer manifestação de mérito, porque entendo que fiquei prejudicado nesta audiência pública. Faço apenas registro, não faço nenhum pedido, ao menos não nesse momento, mas só registro aqui que eu e várias pessoas acabaram sendo penalizadas em não poder participar desta reunião.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

O tema da previdência é um tema conhecido, mas não entrarei no mérito, a posição da nossa líder Laura Sito já ficou bem clara, mas eu não vou entrar nesse mérito porque, repito, me sinto prejudicado no acompanhamento da audiência. Obrigado, prefeito.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Marcelo Sgarbossa. A deputada Sofia Cavedon está com a palavra.

SRA. SOFIA CAVEDON: Boa noite, Presidente Márcio Bins Ely; boa noite, colegas municipais e municipais, em grande número. Com o coração muito apertado acompanho esta audiência. Boa noite, prefeito Sebastião Melo, realmente eu não pude ouvir a fala do Simpa, no início não consegui entrar, eu entrei depois, a partir da fala do prefeito que eu consegui assistir. Registrei isso para o Presidente Márcio Bins Ely. Eu quero fazer a seguinte reflexões, depois das excelentes falas dos meus colegas, das minhas colegas e da nova geração de vereadores: é um orgulho emocionante, são novos e estão muito apropriados e muito aguerridos, e eu fico muito feliz. Dizer que nós vivemos momentos muito fortes e contundentes, Presidente, ali na Câmara, em relação à previdência, até com gás lacrimogênio, com a presença da Brigada, porque a principal reivindicação dos municipais era que se respeitasse a construção técnica do Previmpa, os cálculos atuariais dos nossos colegas competentes, sérios e zelosos, colegas homens e mulheres que compõem o conselho do Previmpa. Este é o meu primeiro registro: o registro de que a nossa cidade sempre foi muito séria com a previdência. A construção do Previmpa não foi fácil. A luta contra o Montepio, que era hermético, que era autoritário, que desviou o dinheiro dos municipais e municipais que contribuíram, sim, por muito tempo com o Montepio – nós contribuimos com quatro ponto e alguma coisa –, sempre foi uma luta para ter transparência, para ter seriedade com a vida dos municipais e municipais. E nós exigimos que o senhor retire essa fala de que o senhor mandaria, por lei, extinguir o conselho de previdência, Sebastião Melo. Nós nos conhecemos e sabemos que, pelo menos, o senhor era alguém que abria diálogo e ouvia a categoria. Não assuma esse perfil, esse papel de autoritário, autocrata, ditador, que rompe com a categoria municipal no início da sua gestão, porque nós sempre repetimos que o prefeito ou a prefeita que

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

quisessem fazer uma boa gestão teriam que ter como seus principais parceiros os municipais e municipais, e já foi dito e redito o que estão fazendo neste momento. Nesse sentido, eu quero fazer um apelo: respeite a construção histórica da categoria municipal. O Previmpa é superavitário sim, a solução da previdência já está colocada a partir de 2002/2003 em Porto Alegre, quando aumentamos a alíquota; do outro lado, o que nós temos é uma contribuição maior dos servidores, com salários congelados há cinco anos, perdendo o poder de compra sem nenhuma promoção, sem perspectiva de carreira, apenas com autoritarismo, com agressões, com desprestígio, com falta de funcionalismo e sobrecarga nos funcionários municipais, uma sobrecarga que os adocece na saúde, no DMAE, em todas as áreas. Eu vejo trabalhadores na rua trabalhando sob assédio, como houve hoje na Unidade de Saúde Modelo, com a servidora Gerusa Bittencourt – e aqui quero fazer um protesto pela forma com que ela foi tratada, todo posto de saúde está chocado com a sua retirada da gestão.

Pois essa foi a vida dos municipais nesses quatro anos, e nós não queremos que ela continue assim; nós queremos respeito, o verdadeiro diálogo e construção com essa brava categoria. Portanto, exigência de cálculo atuarial é o mínimo para que se altere qualquer regra de previdência, e nós queremos que assim seja tratada a previdência dos municipais e municipais. Prefeito, o que atinge essa categoria neste momento – já foi dito aqui, mas eu vou frisar – é o povo nosso que está lá no *front*, que está adoecendo. O povo da assistência social não tem que ter desconto, não tem que ter mudança na sua aposentadoria; o povo da assistência social tem que ser vacinado! Não pararam nunca, passaram o ano inteiro atendendo a população mais vulnerável, adoecendo nas piores condições, eles têm que ser prioritários na vacina. Infelizmente, prefeito, a sua opção de abrir a cidade transformou-a num lugar dramático, nós estamos com as pessoas nos ligando, pedindo socorro para ter leite. Todas as nossas energias, dos municipais, da Câmara, em que eu vejo várias iniciativas importantes – onde eu vi que se reconstituiu a democracia, e considero muito importante... Presidente Márcio Bins Ely, a Câmara não está faltando nem com recursos nem com leis para enfrentar a pandemia, e nós exigimos que o prefeito municipal priorize isso, trazendo conforto, trazendo condições de dignidade, de integridade aos municipais, e não tocar uma agenda que os ataque mais uma vez. Esse

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

é o reforço, e eu concluo dizendo isto: não desperdice, não dispense essa categoria maravilhosa; a sua parceria – os municipais com o senhor, com o vice-prefeito com toda a equipe de secretariado – é que pode fazer uma excelente gestão. Fora disso, é um caminho que só pode dar errado.

Minha solidariedade, meu carinho a todos os municipais e municipais, saúde e segurança para todos e todas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Dep. Sofia. O Ver. Mauro Zacher, último inscrito, está com a palavra.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Eu quero ser muito breve, porque, quem fica inscrito por último, corre o risco de repetir as falas. Primeiramente, eu quero saudar o Presidente Márcio, meu colega de partido, e toda diretoria legislativa, que, com todas as dificuldades, ofereceram para nós uma noite de debates que propiciou não só a participação de muitas pessoas, mesmo com seus problemas que tiveram durante a noite, mas que oportunizou o belo debate, com a presença do prefeito, dos seus secretários, do vice-prefeito, enfim, todos aqui com muita disposição, ao meu ver, de quererem encontrar caminhos e soluções para uma situação difícil, e é fundamental que a gente oportunize isso. Eu e o Márcio, pela bancada do PDT, estamos fazendo isso, dando espaço para que a gente não apenas possa ouvir, mas para que a gente possa encontrar caminhos que venham a mitigar o impacto de ambas as partes. Evidentemente que não ouvir o Executivo neste momento, em que fica evidente que nós teremos um crescente de gastos em relação à previdência para aqueles que estão no sistema de repartição simples, seria uma cegueira em relação à responsabilidade de todos nós de manter o compromisso da responsabilidade fiscal. Então nós fizemos isso com muito apreço, com muita dedicação, até porque somos um partido que teve um candidato à Presidência da República em 2018, e foi o único candidato, Márcio, que colocou a reforma da Previdência claramente para que todos os brasileiros conhecessem aquilo que nós, se ganhássemos a eleição, iríamos propor ao País; depois, fizemos um belo debate no Congresso Nacional, representados pelos nossos deputados. Então não escutar e não ter essa compreensão de que previdência é necessária, que se

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

tenha o cuidado para que possa ser sustentável e tudo aquilo que a gente lá atrás, nos cálculos atuariais, já enxergava, que, se nós tivéssemos feito a reforma, tivéssemos essa iniciativa lá atrás, nós não estaríamos enfrentando essa situação, somados aqui à impossibilidade de o Executivo utilizar os recursos do Fundeb para pagar os ativos da educação, e os números trazidos pela Fazenda – eu quero aqui entender como números reais – estão na ordem de R\$ 300 milhões.

Diante disso, eu quero abrir o debate, porque eu tenho recebido diversas associações que têm trazido para nós uma grande preocupação: primeiro, em relação à transição, acho que é uma das questões fundamentais que ficam fora da proposta do Executivo. Então a inclusão de uma regra de transição clara na Lei Orgânica me parece algo fundamental, e aí se abre o debate para construir isso. Outras questões que foram trazidas para nós e que devem ser debatidas são os direitos conquistados dos trabalhadores em relação à paridade, à integralidade, questões como essas que nós estamos muito dispostos a construir, a dialogar, embora a manifestação do Executivo é que há de enfrentar a matéria por lei complementar. Enfim, nós escutamos uma série de entidades que nos propuseram uma emenda que nós ainda estamos discutindo com outros colegas vereadores se é viável ou não a apresentar e ter a construção de uma maioria capaz de aprová-la.

Enfim, eu não quero me estender e dizer que a nossa bancada está ainda discutindo, está escutando os lados, os interessados na matéria. É claro que nós sabemos que não se trata de uma dívida, na verdade o que nós estamos vivendo foi a antecipação de investimentos que o Executivo fez lá no passado comprometendo o futuro, e agora está aí essa conta grande a ser paga, por isso nós temos um problema a ser enfrentado. Nós não temos a capacidade de dialogar, enxergarmos isso e sabermos que isso se trata de um compromisso temporal, estaríamos negando também a nossa atividade. A nossa bancada ainda vai continuar dialogando, temos esse compromisso de escutar e de dialogar e, se for possível, construir aqui um caminho capaz de mitigar os efeitos do projeto como está, e não apenas por lei complementar, mas garantindo a Lei Orgânica, é um caminho que a gente simpatiza para poder enfrentar a matéria.

Diante disso, eu finalizo dizendo que, embora com dificuldades, meu Presidente Márcio – da diretoria legislativa, vejo aqui o nosso querido Luiz Afonso que, mesmo se recuperando

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

da Covid, está dando sua contribuição nesta plenária que nos traz um debate importante – , ressalto que o debate não está impedido. Nós temos uma decisão da nossa Mesa Diretora, do nosso colégio de líderes de que nós não iremos, pelo menos até então, não enfrentaremos matérias que não digam respeito à Covid, mas o debate está aberto – nós fizemos uma reunião na CEFOR, fizemos esta reunião audiência pública aqui –, e eu acho que no momento, embora nos impeça de uma série de questões, não podemos estar impedidos de fazer o bom, importante debate, urgente para a cidade. Então, sintetizo dizendo que a bancada do PDT está dialogando com associações, temos compromissos, agendas já feitas pelas entidades no sentido de que a gente possa construir uma emenda que venha a ser incorporada na Lei Orgânica, porque não estão colocadas no projeto do Executivo questões que foram trazidas e geram uma certa insegurança por parte dos servidores. Encerro minha fala e agradeço saudando o belo debate desta noite.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Sr. Sérgio Brum, servidor, está com a palavra.

SR. SÉRGIO BRUM: Boa noite a todos; Srs. Vereadores, colegas, prefeito – não sei se ainda está presente. Eu vou repetir o que alguns falaram, pelo menos da parte que eu assisti pelo YouTube, eu acho um momento muito triste e acho um desrespeito estarmos, neste momento, fazendo esta discussão. Um desrespeito com os três mil mortos por dia, com 270 mil famílias enlutadas neste País. Nós todos já perdemos amigos, já perdemos colegas, já tivemos amigos, colegas doentes com esta maldita doença. Nós todos assistimos a uma ação perniciosa do governo federal no cuidado com esta doença, aliás, cuidado nenhum e vamos padecer disso ainda até outubro, novembro deste ano.

Fazendo essa discussão, um dos fatores que me abisma nessa reforma proposta desde os tempos do governo Marchezan e que o prefeito Melo agora encampa é tentar reduzir em 50% as pensões dos viúvos e das viúvas. Essa é mais uma forma de reduzir o nosso salário, porque ou nós condenamos a nossa viúva a reduzir em 50% o seu padrão de vida ou nós vamos sacar do nosso bolso de aposentado, já sem reajuste há cinco anos, mais R\$ 400,00 ou R\$ 500,00 por mês para pagar de novo aquilo que já pagamos. Teremos que, no mínimo,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

fazer um seguro de vida para tentar, por alguns anos, preservar a condição de vida da viúva ou do viúvo. Essa é a penalidade que o Prefeito Melo vai nos impor, mais sofrimento e mais sofrimento na velhice. Com relação ao que o prefeito está pedindo à Câmara, que é fazer por lei complementar as regras de transição, fazer por lei complementar o valor das contribuições, é um cheque em branco que ele está pedindo aos Srs. Vereadores. A gente sabe que, para a emenda à Lei Orgânica, ele precisa de 24 votos e dois turnos; para uma lei complementar, 19 votos, que ele tem. Eu faço um apelo a cada vereador desta Casa para que examine a sua consciência e pense se vai votar em bloco com o prefeito, mesmo sabendo que está causando um mal a milhares de famílias, ou se vai examinar a sua consciência e vai dar um voto consciente contra esse projeto absurdo.

A Prefeitura de Porto Alegre tem uma capacidade de endividamento muito grande e pode, com o auxílio dos técnicos do Município de Porto Alegre que eu represento através da Astec, elaborar bons projetos e obter os financiamentos necessários para executar serviços e obras necessárias para a população de Porto Alegre. A Prefeitura de Porto Alegre é devedora daqueles que ingressaram na Prefeitura até 2001. Vejo aqui na minha tela o Luiz Afonso, fomos colegas durante muitos anos, e o Luiz Afonso sabe e nós sabemos que não contribuíamos até 2001 e nem o Município contribuía. O Município tinha que ter feito uma provisão para pagar as aposentadorias que até 2001 era encargo dele, mas não fez, e não fez por quê? Porque aplicou em serviços e obras para a população de Porto Alegre. Agora vem o prefeito nos jogar contra essa população, isso é injusto. Até 2001, nós não contribuíamos, mas a Prefeitura também não contribuía. E não vamos começar a comparar isso com previdência do setor privado. A partir de 2001 o Município tinha a opção de ter aportado ao sistema de capitalização 2,95 bilhões, com “b”, não aportou porque não tinha. Fez um acordo, que está em lei e que o prefeito pretende revogar, pelo qual pagaria a diferença entre a contribuição dos municipais e o que faltasse para pagar as aposentadorias. Só aí já teve o desconto da contribuição dos municipais na amortização de uma dívida que é do povo de Porto Alegre. Essa dívida conforma o 1,4 bilhão que o Melo se queixa de pagar ao ano, mas são prestações de uma dívida, de uma dívida que a gente sabe que, em 2027, pelos cálculos atuariais, vai cair drasticamente, porque, em 2027, começarão a falecer – se não falecerem antes de Covid – centenas, milhares de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

aposentados e pensionistas do Município, basta esperar até 2027. Eu vi um cálculo hoje do que significaria os 2,95 bilhões que não foram aportados em 2001 nos dias de hoje, pelo IGPM e admitindo uma taxa de juros de 0,5% ao mês, daria 40 e poucos bilhões, com “b” de Brasil. E vem o prefeito se queixar dessa dívida. Não gastou isso até hoje e não vai gastar, após 2027, quando contabilizarem o que foi gasto para pagar aposentadorias e pensões, aposentadorias da repartição simples vão constatar que não gastaram os 2,95 bilhões calculados pela Caixa em 2001, corrigidos até aquela data. Quanto às pensões, como já foi dito, nós contribuímos para pensões desde os tempos do Montepio. Eu entrei 1972 na Prefeitura de Porto Alegre, o Ver. Márcio não tinha nascido, e eu já pagava o Montepio, só deixei de pagar quando passou para o Previmpa. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa noite Sr. Presidente; boa noite a todos os colegas vereadores, ao prefeito, vice-prefeito, secretários, a todos os servidores municipais que participam e a população de Porto Alegre que estamos nesta plataforma com mais de 300 pessoas nos assistindo pelo YouTube, mais a TVCâmara, uma participação significativa da população. Eu quero dizer que aqui fala uma pessoa que a Covid não deu conta. Algumas pessoas estão dizendo que a Covid deveria ter dado conta de alguns dos vereadores, principalmente depois da fala do Ver. Moisés Barboza. Então aqui está falando um, como o Presidente da Casa, como a Ver.^a Cláudia Araújo, como o nosso diretor Luiz Afonso, que volta recuperado, alguns de nós ficamos com sequelas, mas nós somos sobreviventes da Covid é verdade, a Covid não nos deu conta.

Eu ouvi o Leonel falar em nome dos servidores, a Karen, a Laura, o Jonas, o Ver. Pedro Ruas, que é advogado do sindicato dos servidores; a Sofia, ex-vereadora desta Casa, professora aposentada do Município de Porto Alegre; e ouvi a Ver.^a Comandante Nádia, servidora do Estado. Eu falo, aqui, em nome dos trabalhadores de hotéis, bares, restaurantes, dos comerciários, vigilantes, zeladores, pessoal dos rodoviários, terceirizados de vários setores e segmentos, da construção civil, serviços, metalúrgicos, enfim, eu falo em nome dos trabalhadores da iniciativa privada, trabalhadores que vêm tendo os seus

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

salários achatados, trabalhadores que não estão dormindo, que estão com sérios problemas psicológicos porque não sabem se vão continuar com os seus empregos, não sabem se terão as condições de sustentar a sua família, muitos estão vivendo de auxílio, de ajuda de parentes.

Nós estamos falando aqui de algo que é necessário, não adianta nós darmos discurso da Covid, nós darmos discurso de vacina, nós darmos discurso de miséria, nós precisamos de dinheiro. Não adianta dizer que a Prefeitura tem uma dívida, ninguém vai pagar essa dívida. A previdência tem dívida conosco, os trabalhadores da iniciativa privada, uma dívida monstruosa. A previdência no Brasil é a que mais arrecada no mundo, tudo o que se produz, tudo o que se consome tem previdência, tudo. E a previdência tem um déficit e não honra isso com os trabalhadores. Agora, o que nós não podemos é ver representantes dizendo que este projeto vai prejudicar o professor, vai prejudicar o pessoal da saúde, por que não falam das castas? Por que não falam da Procuradoria que o salário inicial é de R\$ 19.000,00? Por que não falam da Fazenda? Por que não falam de vários e vários aposentados que ganham hoje muito, muito acima do salário mínimo que ganha o trabalhador na iniciativa privada, que não dorme à noite na expectativa de estar empregado no outro dia. Nós temos necessidade, necessidade urgente, a cidade de Porto Alegre tem, todos nós pagamos impostos desde a hora que acordamos e ligamos a nossa luz em casa, escovamos os nossos dentes, estamos pagando impostos. Ou vocês não sabem que 62% desses impostos vão para a União, o restante fica no município. Os maiores credores da União são os maiores colaboradores de campanha política; quando pode, recebe dinheiro privado de campanha política – são os maiores credores da União. Temos aí várias empresas que participam de projetos culturais, que apoiam vários projetos culturais e devem milhões e milhões para a previdência. Nós temos um grande *expert* agora do empresariado brasileiro, o dono da loja Havan, Luciano Hang, que tem 53 empréstimos no BNDES, deve bilhões para a previdência, deve bilhões para o imposto de renda, e todo mundo aplaude, todo mundo vai lá comprar nas suas lojas. Mas que hipocrisia é essa? Nós estamos falando da necessidade das pessoas que têm na nossa cidade de Porto Alegre de ter serviços entregues. Nós não podemos falar em vacina, e não dizer de onde vai sair o dinheiro da vacina! Nós não podemos falar em resolver o problema da miséria e dos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

moradores de rua e não dizer de onde vai sair esse dinheiro. O caixa é um só, gente! A Prefeitura, vários falaram, vive muito de IPTU, de ISS de um monte de empresa que está quebrada, um monte de empresa que está falida, ou vocês não andam no Centro de Porto Alegre, não andam na Av. Assis Brasil, não andam na Av. Osvaldo Aranha, na Av. Protásio Alves, na Av. Azenha, na Av. Ipiranga, nas ruas de Porto Alegre? E o que mais se vê é uma cidade com locais para alugar e vender.

Então, acho que nós temos que nos desarmar; ninguém está perseguindo ninguém; ninguém quer o mal de ninguém; agora, nós precisamos fazer reformas. Eu comecei a trabalhar com 12 anos de idade, quando tive a minha primeira carteira de trabalho assinada, era para ter me aposentado no ano passado, e vou me aposentar daqui a 14 anos – 14 anos! Eu espero estar bem e estar vivo para me aposentar daqui a 14 anos. Os trabalhadores da iniciativa privada contribuíram a vida inteira pelo teto – a vida inteira! Uma pessoa que trabalha na iniciativa privada e quer um excelente salário, ganhar R\$ 10 mil fora, na iniciativa privada, essa pessoa, quando for se aposentar, vai ganhar, no máximo, R\$ 4,9 mil. Essas pessoas pagam, de 7,5 a 21% de imposto de renda. Quem ganha R\$ 1,9 mil aí fora já paga imposto de renda. Então ninguém sonega imposto de renda, ninguém sonega a previdência; agora, que tem que pegar os sonegadores, tem; agora, que nós precisamos de responsabilidade para tratar da questão da Covid, da questão da vacina, da questão da miséria, da questão da educação, da questão da saúde, nós precisamos, e precisamos de recursos. Então, eu acho que estamos discutindo, não adianta querer desqualificar essa audiência pública, dizer que não conseguiu entrar, eu mesmo, conseguir entrar às 18h50min, eu vim lá de Ipanema até onde moro, na Zona Norte, ouvindo a sessão. Então, não adianta querer desqualificar, dizer que não tem, porque, se a Câmara de Vereadores estivesse funcionando, íamos poder receber, no máximo, extrapolando, 200 pessoas, com os dois plenários abertos. Então, nós estamos aí com 300 pessoas nesta sala, estamos com mais de 300 no YouTube, temos na TVCâmara, e estamos dispostos. Já teve audiência na CEFOR, terá audiência em outras comissões da Casa; agora, nós precisamos resolver o problema desse rombo que tem a Prefeitura de Porto Alegre e não fomos nós, os trabalhadores, que o fez. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Com a palavra o Simpa, por dez minutos, para as considerações finais.

SR. ALEXANDRE DIAS ABREU: Presidente, antes de contar meu tempo eu gostaria de fazer um pedido. Nós começamos falando, então, acho que agora seria interessante que o governo falasse antes do Simpa, para ser justo. Nós falamos antes, num momento; o governo fala antes, no outro momento. Eu lhe faço esse pedido.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Na verdade, é que o governo vai responder as questões, não é Alexandre? Então acho que seria interessante vocês falarem se têm mais alguma questão.

SR. ALEXANDRE DIAS ABREU: Nós temos. Então, nós vamos dividir o tempo, eu e o presidente do Conselho de Administração, Edmilson Todeschini. Começa com ele, então.

SR. EDMILSON TODESCHINI: Muito bem, em primeiro lugar, entendo que nós ficamos prejudicados pela forma de condução, porque quem deveria começar era o governo, pois, na apresentação inicial, já tivemos que fazer o contraponto antes de apresentarem o plano de governo. Agora estamos novamente sendo prejudicados, mas vamos lá.

Eu quero dizer que é lamentável a conduta e o ataque do prefeito Melo ao Conselho de Administração do Previmpa. Lamentável por quê? Porque o prefeito pretende alterar uma lei federal, através de um projeto na Câmara Municipal. A lei que diz que o conselho é deliberativo é uma lei federal, Lei Federal nº 9.717. Eu quero que ele me diga como? Quem diz que o conselho participa da gestão previdenciária também é a Constituição Federal no art. 194, VII: a previdência será gerida com a participação dos trabalhadores. Então, é um erro grosseiro, grosseiro demais para alguém que foi vereador e para alguém que é advogado falar uma impropriedade dessas! Querer alterar uma lei federal através de um projeto na Câmara Municipal! Também é absurdo do ponto de vista democrático. Alguém que prega o diálogo, alguém que integra um partido que tem o nome de democrático, que participou da redemocratização do Brasil, a partir de 1980 até 1984, usar um tom de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

ameaça, quando diz: “conselho, para mim, é apenas para opinar, conselho não pode decidir nada”. Então é o primeiro rito que eu faço. O segundo é que – reitero aquilo que falei no início – esse projeto tem vários vícios técnicos, tem o vício técnico, sim, da inobservância prévia ouvida do conselho; tem o vício técnico de que querer decidir e deliberar por lei complementar o que é matéria indelegável, querer delegar à lei complementar a fixação de regra de transição; tem o vício técnico também da falta de integralidade, ou seja, é um projeto dissociado de algo sistêmico, que é a previdência. E, por fim, tem também o vício técnico da falta de observância do parâmetro constitucional, vinculado ao equilíbrio atuarial. Outra coisa também importante a colocar é que, no projeto original, enviado no passado, quer dizer, quando ainda era um anteprojeto, antes de ser enviado à Câmara – foi enviado em novembro – passou pela Procuradoria do Município, que emitiu a nota técnica nº 99, abordando todas inconsistências técnicas. Essa nota técnica nº 99 foi referendada pelo então procurador-geral adjunto, que a homologou. No entanto, foi desconsiderada neste exato momento. Então, são essas questões importantes que não podem ser atropeladas porque, como nós bem sabemos, existem mecanismos de controle de ritos, enquanto o projeto tramita, bem como mecanismo judiciais de controle da constitucionalidade, quando se produz uma lei com vícios, e nós estamos na iminência, se for aprovado, o que espero não seja, de produzirmos uma emenda com vícios técnicos, que poderá ser questionada no Poder Judiciário em um segundo momento.

Quanto à questão aqui levantada pelo diretor do Previmpa, Rodrigo Costa, eu tenho a dizer o seguinte: o equilíbrio financeiro, sim, equilíbrio financeiro, é um parâmetro constitucional, junto com o equilíbrio atuarial. No entanto, o equilíbrio financeiro pode e deve ser medido da forma adequada. E qual é a forma adequada de medir, de aferir o equilíbrio financeiro? Apura o que se deve, atualiza o valor que se deve, aplicando os devidos juros que renderiam se estivesse no Fundo – eu tenho um valor atualizado de R\$ 31 bilhões, se aplicar o IPCA em 0,5%; ou de R\$ 47 bilhões, se aplicar o IGPM. Então, desconta-se isso, e somente depois de feito o pagamento da dívida histórica é que se pode aferir, efetivamente, o equilíbrio financeiro. Não há como aferir equilíbrio financeiro negando dívida, ignorando os estudos que deram origem ao Previmpa, estudos do qual participei –

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

eu recém tinha ingressado no Município de Porto Alegre e participei ativamente, junto com a Caixa Federal desses estudos que resultaram na criação do Previmpa.

Então, vamos tratar a previdência com seriedade, vamos respeitar os direitos daqueles servidores que deixaram expectativa de vida autônoma, expectativa de vida em qualquer outra atividade para se dedicar ao Município de Porto Alegre. E assim nós fizemos, dentro de uma expectativa que está querendo ser quebrada unilateralmente. Nós não aceitamos isso, exigimos que seja uma fixação de regras previdenciárias, orientadas por critérios técnicos. A Emenda Constitucional nº 103/19 determina que os municípios fixem por lei local as regras de previdência, mas não obriga a uma reforma. Pode-se fixar as regras de lei local, mantendo-as, e todo equilíbrio financeiro, todo equilíbrio atuarial devem se considerar, contabilizar a dívida histórica, o pagamento dela – ela deve ser contabilizada, não pode ser; somente após se pode fixar. E, feito esse cálculo, não temos dúvida de que um sistema equilibrado deve concluir pela municipalização de regras, mantendo os direitos já exercidos e decorrentes da liquidação anterior. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Sr. Alexandre Abreu está com a palavra.

SR. ALEXANDRE DIAS ABREU: Eu gostaria de começar minhas considerações finais dizendo que uma audiência pública deve ser organizada num ambiente, num local, de acordo com o grau de interesse que ela gere. Quero lembrar ao prefeito Melo que há poucos anos, ele era vice-prefeito, nós tivemos uma audiência pública sobre o transporte público municipal de Porto Alegre realizada no Ginásio Tesourinha, para que pudesse ter mais gente; portanto, um local muito maior, inclusive, do que as galerias da Câmara Municipal de Porto Alegre; portanto, devido ao grande interesse, deveríamos ter uma ferramenta que pudesse abarcar uma participação maior. E reconheço, quero dizer que reconheço todo o esforço da direção legislativa, do Luiz Afonso, que sei, é um abnegado, um grande trabalhador, a gente reconhece, mas esse limite que está imposto prejudicou esse processo. O Simpa se sente duas vezes prejudicado nesta audiência: a primeira delas foi a inversão da fala no início desse evento – deveria o governo apresentar seu projeto. Nós fizemos um contraponto em cima de um projeto que não tinha sido apresentado, pelos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

menos nesta audiência pública. E o segundo prejuízo que o Simpa teve nesta audiência foi o fato que muitas pessoas não puderam ouvir a nossa argumentação, a nossa fala do porquê nós estamos questionando esse encaminhamento feito pelo governo municipal. Portanto, eu quero dizer que estamos muito prejudicados e certamente vamos analisar com o nosso setor jurídico se cabe ou não alguma ação, certamente vamos questionar.

Além disso, gostaria de dizer uma coisa, com todo o respeito, mas a Ver.^a Nádia chegou toda frondosa, dizendo ser conhecedora do tema, mas ela falou e demonstrou que não conhece nada! Porque o PELO que aqui está, não está combatendo o que ela diz que tem que ser combatido, porque o PELO apresentado pelo governo tão somente trata da idade de servidores que ainda não ingressaram, portanto, se eles ainda não ingressaram, não tem como dizer que eles estão gerando algum tipo de dificuldade financeira para o Município. O que tem dificuldade – e que nós dizemos que não é um déficit – é a questão justamente dessa dívida histórica do Município, em função de que o prefeito não apresenta o que ele quer e como ele quer resolver essa questão. Nós, municipais, já pagamos a conta há muito tempo, já estamos quatro anos sem reposição salarial, mais de 20,16% foram as nossas perdas nesse período, sem ter reposição salarial. Tivemos, inclusive – imposto pela gestão do governo anterior –, o aumento da alíquota do Previmpa de 11% para 14%. Portanto, questões que foram impostas, retirando direitos e poder de compra dos trabalhadores, dos servidores do Município de Porto Alegre.

Aliás, esta audiência pública é a expressão de que não está havendo diálogo do prefeito com a categoria. Por quê? Onde o prefeito apresentou esses itens que nós estamos cobrando aqui? A questão em relação às alíquotas, a questão justamente da definição do cálculo de proventos da aposentadoria, cálculo e proporção de pensões, porque a gente sabe que isso vai ser feito, mas o governo não apresenta para o debate, não apresenta para a discussão. Esse é um projeto muito sério, esse é um projeto que tem muitas questões complexas a serem enfrentadas, ele tem que vir de conjunto para mesa e não por partes! Não dessa forma! Não desse jeito mitigado dessa forma! Não pode ser assim, prefeito, não rasgue a sua história! A sua história é de um homem de diálogo, de enfrentar a realidade com muita convicção, mas desculpa, prefeito, eu tenho que lhe dizer, o senhor não está estabelecendo um diálogo com a categoria, o senhor diz estar fazendo diálogo,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

mas, de fato, não está. Hoje, por exemplo, o Simpa entregou, encaminhou ao seu gabinete um ofício assinado por várias entidades – Astec; ATEMPA; AGMPA, que a Associação da Guarda; ASSMS, que é da Saúde; a Associação do HPS; Ased, do DEMHAB, e Senge –, solicitando que o senhor retire o projeto e que discuta centralmente essa questão com o Simpa, que é a entidade que representa universalmente essa categoria. A gente reconhece e respeita todas as outras associações com quem o senhor conversou, muito antes até de considerar a possibilidade de conversar com o Simpa. Eu quero lembrar que, quando terminou o segundo turno da eleição municipal, na primeira semana depois disso, o Simpa encaminhou um ofício parabenizando o senhor pela vitória e solicitando diálogo. Nós não conseguimos esse diálogo, foi marcado só para o dia 25 de fevereiro, e naquele dia, a pedido do próprio prefeito, aquela reunião teve que ser cancelada porque o senhor teve que atender uma reunião que ia tratar da Covid. Hoje mesmo, quando nós tivemos uma segunda reunião, nós queríamos tratar de outros temas, o primeiro tema que nós tivemos que tratar, prefeito, o senhor lembra bem disso, foi sobre uma situação grave que estamos atravessando no HPS, também em função da Covid. Prefeito, essa realidade está cobrando do senhor a atenção redobrada, do senhor, dos secretários, dos vereadores e vereadoras, de que haja uma concentração de esforços para salvar vidas. Prefeito, vereadores e vereadoras, não é o momento de a gente fazer esse debate da reforma da Previdência nessas condições que estamos colocados, estamos enfrentando uma pandemia seríssima, aliás, o mastro da Prefeitura deveria estar arreado a meio palmo com sinal de luto, porque milhares de porto-alegrenses estão morrendo! Milhares estão morrendo! Não pode ser assim, prefeito, respeite aqueles que estão salvando vidas!

Aliás, eu quero deixar registrado aqui que é uma lástima ouvir falar o que falou o Ver. Moisés Barboza. Eu quero dizer que eu fico muito feliz, de coração, é muito honesto que eu vou dizer, que o senhor tenha superado esse mal da Covid, que eu não desejo que nenhuma vida se perca, independente do que as pessoas pensem, porque nós temos que ter coragem de enfrentar a democracia dialogando com os diferentes, mas eu quero dizer que é muito triste ver o Ver. Moisés Barboza pagar com esse tipo de reconhecimento os trabalhadores da saúde, dizendo que vai aprovar a reforma da Previdência. Ele pode ter sido atendido até num hospital privado, provavelmente foi, mas a realidade dos servidores

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

da Prefeitura que atuam na saúde estão enfrentando é a mesma realidade da situação dos espaços privados, todos estão colocando a sua vida em risco. Eu acho que ele deveria reconhecer o esforço daqueles que salvaram a sua vida há poucos dias. É uma tristeza ouvir esse tipo de manifestação, mas a gente ouve.

Portanto, eu quero encerrar a minha fala aqui dizendo: prefeito, retira o PELO e vem dialogar, de verdade, mas vem dialogar porque nós estamos dispostos a enfrentar esse debate, mas de verdade, não apenas fazendo que está ouvindo e não encaminhando como deve. Não foi só o Simpa que falou isso, o Sindicâmara falou, várias entidades aqui falaram e nós presenciamos isso aqui nesta audiência pública.

Portanto, eu quero finalizar agradecendo o espaço ao Presidente Márcio, agradecendo também o esforço da direção legislativa da Casa, a todos que me ouviram. Nós continuaremos nessa luta e faremos a defesa dos servidores para que eles tenham os seus direitos conquistados respeitados, não aceitaremos que seja dessa forma retirando conquistas de anos da categoria de municipais e municipais de Porto Alegre. Obrigado, boa noite a todos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Eu queria agradecer ao Simpa, lembrando que esta audiência pública foi solicitada pelo Simpa e pelo Líder do governo, Ver. Idenir Cecchim. Com a palavra o governo, que tem treze minutos para que possamos conceder o mesmo tempo para as conclusões e considerações finais.

SR. SEBASTIÃO MELO: Presidente, não vamos discutir minutos, mas o Simpa falou durante dezesseis minutos e meio, e poderia falar mais porque acho que isso ajuda a qualificação, mas não tem problema, vamos respeitar o tempo da presidência.

Primeiro, quero dizer o seguinte: acho que audiência pública é um momento de reflexão, e eu quero fazer isso aqui, com vocês, uma reflexão, porque acho que nós não estamos aqui para convencer, nós estamos aqui para esclarecer. Eu estava anotando quando ouvi: "Olha, o governo é inimigo dos servidores". Só no primeiro escalão do nosso governo, nós temos 12 servidores públicos: o Rogério Baú, é um engenheiro muito respeitado; a Simone Somensi é uma das procuradoras mais qualificadas lá da regularização fundiária; a outra

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

Simone é adjunta do Rodrigo, que também é um servidor de carreira; pela primeira vez, nós temos um secretário da Fazenda do quadro, que é servidor, que é o Rodrigo; o Roberto Rocha é servidor de carreira e é procurador-geral; o César Sulzbach é secretário da Covid e é servidor municipal; a Cristiane Nery, que foi procuradora-geral, hoje é adjunta, é servidora; o Paulo Ramires, que é presidente da EPTC também é servidor; o Paulo Pires é diretor da Carris e também é servidor municipal; o Mauro Sparta é servidor estadual, do Hospital Conceição. Segundo, um dos piores traços do ser humano é ingratidão, eu olho para muitos rostos aqui e sei, nesta mesa, as madrugadas indurmidas, às vezes, no prédio aqui do fundo, às vezes, no Ceic, quando nós, juntos, traçamos o efeito cascata que os servidores iam perder 30% de seus salários, vocês lembram disso? Por delegação do Fortunati, quem coordenou isso? Sebastião de Araújo Melo, vice-prefeito da época. Não sou inimigo dos servidores. Eu ouvia muitas vezes: “Melo, é difícil negociar contigo?” É, sabe por quê? Porque quando eu negocio, eu cumpro, o pior é aquele negociador que aceita tudo e não cumpre nada. Então, eu quero começar essa reflexão para dizer o seguinte: a gente, quando discute um tema, tem que discutir a floresta, e não só a árvore. O Brasil tem 210 milhões de brasileiros, eu quero dizer ao povo de Porto Alegre que 65% dos brasileiros da iniciativa privada são aposentados, Srs. Vereadores, com um salário mínimo, e quando se abriu o auxílio emergencial neste País, 100 milhões se inscreveram para receber R\$ 600,00, para ver o tamanho das injustiças sociais deste País. São milhares que vivem do benefício continuado deste País. Quarenta por cento são informais que nunca vão se aposentar neste País. Então, quando a gente discute esse tema, a gente tem que dar uma zapeada pelo vizinho, pelo lado. Eu reconheço que quem fez um concurso público fez uma opção de vida profissional e merece o aplauso e o respeito, mas os servidores têm estabilidade, isso é uma conquista importante. Os servidores estão recebendo os salários em dia com justiça, não tem nenhum privilégio nisso, enquanto milhares não estão recebendo nada. O mundo mudou, no governo do Getúlio Vargas a expectativa de vida no Brasil era de 50 anos, 40 anos, hoje nós encontramos pessoas no Brasil com 80 anos remando aqui no Guaíba tranquilamente. Que bom que os nossos bisnetos cheguem aos 110. Cálculo atuarial é matemático, eu poupo o tempo que eu trabalho para, quando eu me aposentar, receber aposentadoria. Será que é justo que a empregada doméstica se

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

aposente com 62 anos e o servidor, uma mulher, se aposente com 55 anos em Porto Alegre, o servidor municipal, será que está correto isso? Será que está correto que o sujeito que faz o trabalho braçal na nossa cidade, no campo ou na cidade, o homem se aposenta com 65 anos e o servidor se aposenta com 60 anos, será que está correto isso? Eu apenas estou fazendo uma reflexão porque essa reflexão que nós temos que fazer. A mudança que nós estamos propondo é para o futuro. Ela é para o futuro. Porque está dizendo o seguinte: você vai abrir um concurso público em Porto Alegre a partir dessa lei, se for aprovada, e as pessoas vão dizer: “Olha, eu topo concorrer a essa vaga para me aposentar com essa idade”. Se não topar a fazer isso, tem algum crime nisso, vereadores? Agora, as regras de transição não podem ser além da Emenda nº 103. Nós estamos dispostos a conversar sobre as regras de transição sim. Elas devem ser constitucionalizadas, devem ir para a previdência, para a Lei Orgânica. Eu, pessoalmente, acho que não, e não é nem pensando no nosso governo, sabem por que é? É pensando nos futuros governos desta cidade, que provavelmente vão ter que fazer novas reformas. Por que ela não foi constitucionalizada no governo do PT em 2001? Eu era vereador, as regras de transição da 478, elas não estão na Lei Orgânica, elas estão numa lei infraconstitucional. Eu tenho memória. Quando alguns deputados do PT, em 2008, quando o presidente Lula liderou uma reforma da Previdência, da Emenda nº 40, vocês lembram que teve deputados que foram expulsos porque não seguiram isso, e alguém vem aqui falar que eu sou autoritário? Não concordou foi expulso do partido, ou vocês não lembram que a Luciana foi expulsa, que o Babá foi expulso, que a Heloísa Helena foi expulsa? Então, vou estar discutindo aqui com alguém que milita, que conhece.

Então, eu quero dizer o seguinte, nós não estamos propondo absolutamente nada que não seja aquilo que o Congresso Nacional já enfrentou, que os estados enfrentaram e que os municípios vão enfrentar. Agora, eu estive aqui liderando junto com o Ricardo, que nos acompanha, em várias reuniões, e eu quero reconhecer que algumas entidades têm mandado contribuições. O meu caro Alexandre, que eu conheço e respeito e te admiro muito, mas vocês, todas as falas foram: “Retira, retira!” O retira de vocês sabem por que é? É porque vocês não querem votar. A pergunta que tem que ser feita também aqui, numa reflexão, é a seguinte: nós tivemos uma eleição no meio de uma pandemia, o Superior

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

Tribunal foi questionado e autorizou uma eleição; vocês, vereadores, foram eleitos no meio da pandemia, eu também e 6 mil prefeitos, vocês realmente acham que a Câmara de Vereadores não tem que funcionar o tempo todo? Eu sei que vocês acham que tem que funcionar, tanto é que está funcionando. Eu sancionei aqui, agora, uns 30 ou 40 projetos, que vêm de dezembro, votados pelos vereadores, e nós estávamos em pandemia. Eu penso que, no momento de pandemia, a Prefeitura tem que funcionar 24 horas, a Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa, o Congresso Nacional, ou vocês acham que eu não devo enfrentar o sistema de ônibus, que vai parar se não botar dinheiro público? No ano passado se botou mais de R\$ 100 milhões dentro da Carris e o sistema privado. Ou vocês acham, então, que eu, por estarmos numa pandemia, eu não tenho que resolver o problema dos ônibus? Vocês acham que eu não tenho que repassar o dinheiro para as creches só porque elas não estão recebendo crianças? Não, não, não. Então, nós propusemos, com responsabilidade, dois projetos e vamos mandar para Câmara vários outros agora. A cidade tem pressa de enfrentar, se não enfrentar a questão da previdência, se não enfrentar a questão de isenções que tem... E a eleição resolveu isso, gente. Todo mundo se posicionou nessa eleição, havia 13 candidatos nessa eleição, uma eleição duríssima. E eu disse, na eleição, que se eu fosse prefeito junto com o Ricardo, nós iríamos enfrentar a reforma da Previdência. Então, eu não estou mentindo para quem votou em nós. Vocês olham os programas de TV e de rádio, os panfletos que nós escrevemos. Como eu disse, se for preciso privatizar a Carris, eu vou privatizar sim, se a Câmara autorizar. Não pode uma empresa pública custar 40% mais caro do que a privada. Disse que proporia a quebra da Procempa e propus, porque se a Procempa é pública aliás... Aliás, eu telefonei para presidente da Procempa quando nós começamos a audiência aqui, porque a Procempa atende vocês, não é, Márcio? Eu creio que ela tenha te ligado. Mas por que a Procempa não pode concorrer em pé de igualdade com outra empresa? Eu quero que ela atenda 100% o governo, agora, ela não faz, não deixa fazer, e eu não posso comprar de outro? São visões diferentes que nós temos sobre a gestão pública e que são profundamente e devem ser respeitadas.

Então, o que eu quero dizer é que nós estamos muito dispostos a discutir a regra de transição, porque essas regras de transições é que vão afetar os servidores que estão aí,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

por quê? Porque os 65 e o 62 só vão afetar daqui para frente. Agora a reforma tem dois pilares dos quais eu acho justa, eu votei nela, eu não pertencia ao governo do Eduardo Leite, eu era um deputado independente na Assembleia. E, quando chegou lá, o governador me ligou, e eu disse: “O senhor não precisa nem me ligar, governador, eu vou voltar sabe por quê? Porque eu acho que a reforma é necessária para o Estado do Rio Grande do Sul”. Votei com muita convicção, aliás, sentei com a presidente do CPERS, sentei com os militares, sentei com os civis, sentei com todos, fizemos até algumas regras de transições, em que nós flexibilizamos algumas questões juntos, mas se produziu a reforma. Então é com esse desejo. Se tiverem, Presidente Márcio, ímpares entidades, se vocês quiserem, no processo de votação, que o prefeito mude para Câmara de Vereadores e responda a todas as perguntas, durante cinco sessões, eu quero dizer que nós estamos à disposição. Se os senhores entenderem que o secretário tem que ficar na Câmara de Vereadores de hoje até o dia da votação, os senhores estão autorizados a transferir a sede de suas secretarias para ficar na Câmara de Vereadores, para que ninguém tenha nenhuma dúvida. Eu quero dizer ao Conselho do Previmpa que, desde a semana passada, o Rodrigo, por minha orientação, pediu uma audiência para entregar os cálculos atuariais do ano de 2021, e essa audiência não foi concedida até hoje. E eu quero dizer que, se ela não for concedida, eu vou publicar os cálculos atuariais no *site* da Prefeitura para toda a população de Porto Alegre, porque tudo o que for público tem que ser público, mas eu gostaria de, antes de publicar, entregar ao Conselho do Previmpa.

Então, conosco aqui é muito papo reto, muita tranquilidade, não tenho nenhuma dificuldade de enfrentar esse tema como qualquer outro, é um momento duro, difícil, não é momento de buscar culpados – não é momento de buscar culpado sobre a pandemia. Sobre a pandemia há vários olhares, muitos olhares. A própria Organização Mundial da Saúde mudou de opinião sobre esse tema várias vezes e tem infectologistas com posições muito diferentes, tem políticos com composições muito diferentes, mas, neste momento, não é hora disso, só tem uma doença, tem várias posições, mas só tem uma doença, e é contra ela que nós temos que trabalhar unidos. E coube a nós aqui, nesses 30 dias, abrir mais de 600 leitos de retaguarda. Como vamos pagar? Bom, isso é uma outra questão, abriram mais de 150 leitos de UTI também. Agora, vamos continuar restringindo, vamos continuar

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

fazendo a questão de distanciamento social. Agora, evidentemente, que muita gente que defende o distanciamento social enche os parques todos os dias, mas, quando vão falar, defendem o distanciamento. Na própria eleição tinha um punhado de gente que defendia o distanciamento social, mas eu encontrava nas bocas de urnas nas eleições. Então, eu acho que nós temos que conversar esse tema com muita tranquilidade.

Então, por isso, Presidente, eu quero aqui agradecer enormemente a possibilidade de estar aqui, eu sei que não é normal às vezes que um prefeito esteja, na regra geral, numa audiência. Pretendo aqui como prefeito, junto com o Ricardo, estar em todas as audiências públicas. Eu acredito muito na participação popular, eu acredito muito na democracia representativa, acredito que as duas devem convergir para uma vida melhor. Esta audiência é da Câmara de Vereadores, Márcio, eu quero te cumprimentar pela condução, cumprimentar pela maneira equilibrada, quero dizer que a participação de 300 pessoas a mais, a TV Câmara, o YouTube, o Facebook transmitindo, acho que é uma questão que veio para ficar. Tem coisas, dores, perdas enormes, mas tem coisas que vieram para ficar com a pandemia, e uma delas é isso que nós estamos vivenciando aqui, que são os parlamentos decidirem. Eu me lembro, na Assembleia Legislativa, que peticionava para não ter emenda por papel, por isso ou aquilo, e, quando veio a pandemia, o sistema de informática foi obrigado a preparar a Assembleia para que os deputados dessem a sua contribuição, como vocês deram durante toda a pandemia e estão dando aqui no processo remoto. Por isso tenham de nós aqui a tranquilidade do diálogo. Agora, se vocês apresentarem as propostas, todas elas serão analisadas. Se não concordarmos com elas na totalidade, nós vamos responder; se concordarmos com parte, nós vamos responder. Agora o que não pode é vir para uma audiência, como tem vindo, e dizer: “Retira, retira, retira”. A previdência foi votada em 2019, ninguém que está neste plenário desconhece essa matéria, todos vocês conhecem essa matéria muito mais do que o prefeito, então, esse argumento não me convence. Então, por isso, fica aqui o agradecimento, muito obrigado a todos, de carinho, de coração; o respeito, o pensar diferente e contestar é o aplauso de quem não concorda, e eu respeito. A democracia é, muitas vezes, isso também, o aplauso de quem não concorda, que ajuda a gente a corrigir, ajuda a gente a melhorar posições, então não tenho nenhuma dificuldade, quando a gente é tratado com a política,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública Virtual 11MAR2021
Pauta: Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre – PELO nº 002/20

que é a forma mais elevada de fazer o bem comum, eu quero dizer que eu não tenho nenhum problema. Então, eu não vou rebaixar o debate como eu ouvi aqui, porque isso, porque aquilo, porque é criminoso, porque tem negociata. Tem gente aqui, que se fosse falar em negociata, cá para nós, tinha que ser catedrático na Sorbonne. Então, vamos devagar com esse tema, que que não é por aí que nós vamos fazer esse debate público desse jeito. Muito obrigado, Presidente. Saúde e paz.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, prefeito Sebastião Melo, eu quero agradecer também aqui a toda equipe técnica da Câmara Municipal na pessoa do diretor legislativo Luiz Afonso, que nos deu toda a cobertura para que nós pudéssemos fazer a transmissão através da TV Câmara, do YouTube, do canal do Facebook da Câmara também; a todas as associações, agradeço em nome do Simpa. Também quero registrar que a participação dos vereadores foi muito significativa, tivemos alguns percalços, registre-se algumas falas exacerbadas, mas acho que faz parte da construção de ideias. Agradeço pela compreensão e pela participação de centenas de pessoas que contribuíram com o debate na noite de hoje. Mais uma vez, reitero que o pedido desta audiência pública partiu do líder do governo e do Simpa, e tentando atender os anseios da categoria procurando um debate mais amplo, democrático e que pudesse, através da audiência pública, alcançar o maior número de porto-alegrenses, é que nós fizemos da maneira possível, dentro de uma pandemia, que nós encontramos as ferramentas que nos permitem a realização desta audiência pública. Então, pela atenção de todos, muito obrigado. Tenham uma boa-noite. Está encerrada a audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 22h56min.)